



*O dragão  
hiperinflacionário contra  
o ministro candidato*

# O SENHOR INFLAÇÃO

*Aumento dramático da inflação é o principal risco do plano FHC-2, segundo relatório de uma sub-comissão da Câmara Federal integrada por parlamentares de vários partidos.*

*Páginas 8, 9 e 11*



# DIALOGO

## Outro Lado

Nos primeiros anos de faculdade, fiz amizade com um colega de classe descendente de chinês. Bem mais velho, o China gostava de tirar uma de filósofo. Certa feita, um outro colega nosso polemizou com ele. O assunto era a Guerra da Mandchúria, no início do século. O colega buscava seus argumentos num filme a que havia assistido. O China saiu-se com esta: "É um filme que trata de um conflito envolvendo a China e o Japão, patrocinado por empresários norte-americanos e assistido por um brasileiro". O papo morreu aí, pois os argumentos do colega careciam de credibilidade.

Na mesma situação encontra-se o companheiro Celso Marcondes, que não é bancário, não vivencia o movimento sindical, assistiu à versão norte-americana e produziu no **Brasil Agora** nº 53 um artigo falacioso denominado "Ferida aberta no campo da CUT".

Queremos informar o Sr. Marcondes que, por cinco vezes, nós da oposição tivemos a responsabilidade política de procurar a diretoria do sindicato, propondo a construção de um processo democrático que culminasse com a chapa única cutista. Nenhuma resposta recebemos daqueles que se julgam os únicos proprietários de nosso sindicato.

O que se esperava dos petistas e cutistas que estão na direção do sindicato era uma conduta com transparência e ética no processo eleitoral. Não houve uma coisa nem outra. Não houve democracia na constituição da comissão eleitoral, muito menos no fornecimento da listagem dos associados por local de trabalho e na coleta de votos. É bom que o senhor saiba que, a menos de uma semana do pleito e, depois de muitas brigas, é que nos foi fornecida a listagem dos eleitores por local de trabalho. Tem gente que para se manter no poder de uma entidade faz de tudo. Eu também pago o sindicato e conseqüentemente o salário dos funcionários da entidade, que descaradamente entravam nas agências com camiseta e tudo, entregando o material da Chapa 1. Tais práticas, bem ao gosto do Esperidião Amin, já deveriam há muito tempo ter sido abolidas no campo da CUT.

O Sr. Marcondes, como bom

jornalista que é, deveria ouvir o outro lado antes de escrever o seu artigo.

**Silvio Takashi Arzgsuku**  
Secretário-Geral do Corep

(Conselho de Representante do Banespa)

## Usou de Má-Fé

Lamentável, triste e indecente a matéria de Marcos Sá Correa, publicada na *Veja* nº4 de 16/01/94, pág.35. Vejamos: critica o turismo em Cuba, denegrindo o sistema socialista da ilha de Fidel Castro pela abertura forçada do turismo, única maneira de entrar divisas em meio ao boicote norte-americano (embora admito que Fidel, mesmo abrindo para o turismo, deveria proibir a entrada de Collor, pois o ex-presidente aderiu ao boicote dos EUA, proibindo a Petrobrás de procurar petróleo na ilha).

O articulista também critica o programa de governo do PT, aliás o único partido que apresenta plano de governo antes das eleições, já que os outros são apenas promessas de campanha.

Por último, o artigo traz a preocupação de como o Lula vai governar com a interferência do movimento sindical, que o articulista acusa de estar envolvido em "maracutaias". Ou o articulista está mal informado, ou age de má-fé. Como não acredito que esteja mal informado, fico com a segunda opção. Quer vincular o movimento sindical cutista com a prática do Sr. Oswaldo Cruz, que segundo a *Veja* vivia com um salário de 5 mil dólares por mês, é no mínimo querer colocar todo o movimento sindical no lamaçal da corrupção.

**Natálio Stica**

Vereador PT, de Curitiba (PR)

## A França não é aqui

O ministro Fernando Henrique Cardoso disse que quer transformar o Brasil em uma França. O Plano FHC2 não parece exatamente compatível com essa proposta de "afrancesar" nosso país.

Na França conseguiu-se diminuir sensivelmente o déficit habitacional com um incremento à construção de casas populares. Apesar da persistência de um déficit de cerca de 200 mil moradias, existe um ministério empenhado em diminuí-lo.

O déficit habitacional do Brasil chega, hoje, aproximadamente, a 12 milhões de moradia. A situação pode piorar ainda mais porque, porque segundo o plano de FHC, não existe prioridade para a área habitacional. Vejamos:

1) O governo pretende extinguir o Ministério do Bem-Estar Social. A Secretaria Nacional de Habitação vai para onde?

2) Pelo plano, o governo federal transfere a responsabilidade da construção de moradias populares para os Estados e municípios, isto é, não haverá nenhum plano global para a habitação.

3) 20% do total da arrecadação do IPMF será destinado à construção de moradias populares. Mas para onde irá este recurso caso o governo federal não mais se responsabilize diretamente pela área habitacional?

Quando o governo Collor elaborou seu plano plurianual para a habitação se verificou que, com o recurso que seria destinado para a área, o déficit habitacional levaria 365 anos para ser equacionado. Agora, sequer um plano nós temos. Definitivamente a França não é aqui.

**Antonio Silvestre Leite**  
São Paulo, SP

## Falta Ousadia

O PT (RS) tem a principal figura pública depois de Lula colocada na disputa para governar o Estado: Olívio Dutra. Além de Olívio tem que ter (e temos) nomes qualificados para vice, dois senadores e seus suplentes.

Temos o único candidato definido ao Piratini. Essa condição, porém, não foi suficiente para nos colocar em um patamar superior na disputa.

Faz um ano que se montou o GTE (Grupo de Trabalho eleições 94), o que foi positivo. Percorremos municípios, fizemos reuniões, montamos, a partir de grupos temáticos, um Ante-Projeto de Programa.

Falta-nos, entanto, planejamento estratégico e ousadia para enfrentar tanto os problemas criados pela crise social quanto aqueles oriundos de nosso amorismo e voluntarismo.

Reverter esta situação é iniciar processos de criação de fatos políticos de disputa, mais próximo da vitória. É preciso recuperar o que se perdeu.

Isso passa por ampliar alianças. Potencializar e melhorar a agenda. Planejar a disputa. Fazer da campanha a aglutinação de forças para ganhar. E isso se faz buscando e

pressionando o PSDB. Buscando as bases desgarradas do quercismo e do brizolismo.

O momento exige unidade para vencer. Fugir das disputas internistas e estéreis. Ganhar as ruas. Ter contato com o povo, ganhá-lo para nossas posições. E, juntos, derrubar-mos os muros da miséria, do atraso, do autoritarismo de nossas elites.

**Adeli Sell**  
Porto Alegre, RS

## Agradecimentos

Nós da pequena cidade de Lagarto (SE) gostaríamos de comunicar o quanto a visita da companheira Luiza Erundina foi importante. A executiva do Diretório Municipal e os alunos do colégio Laudelino Freire entraram em contato com a ex-prefeita de São Paulo para convidá-la para ser madrinha de formatura de três turmas de 2º grau, realizada em 21 de janeiro deste ano.

Essa visita abalou e muito o poder conservador e retrógrado das elites daquele Estado, fazendo com que os poderosos "coronéis", que tanto agridem o PT, agora nos procurem e dêem destaque a nossas figuras ilustres. Na visita deram espaço nas rádios, jornais e na TV. Um espaço que até hoje só era para criticar a companheira Erundina. Ficou claro para os poderosos que o pequeno PT de Sergipe tem muita força. Mesmo com os votos comprados, apesar das fraudes como a de Propriá, do espancamento do companheiro Juquinha em Lagarto e do assistencialismo eleitoral.

Essa visita foi apenas o começo da caminhada, valeu. Vamos fazer no sertão o início da caminhada da vitória.

**Antônio Viterbo**  
Rio de Janeiro, RJ



## BRASIL AGORA

**Diretor:** Markus Sokol - **Editor:** José Américo Dias - **Editor de Arte:** Toni Cotrim - **Diagramação:** Pedro Lyrio - **Redação:** Antonio Martins, Flávio Aguiar, Hamilton Cardoso, Valtier Pomar - **Adélio Chagas - Sucursal Rio Grande do Sul:** Luciane Fagundes, José Luiz Lima e Marco Antônio Schuster. **Copidesque e Revisão:** Rosângela Ritta - **Colaboradores:** Alan Rodrigues, Alípio Freire, Aloisio Morais, André Singer, Antonio Carlos Fon, Antonio Carlos de Queiroz, Clovis Castro, Bernardo Kuelnsel, Breno Altman, Carlos E. Carvalho, Celso Horta, César, Cláudio Campos, Cláudio Schuster, Denise Neumann, Edmilson de Souza, Emir Sader, Eugênio Buaci, Fernanda Estima, Fernando Palva, Hamarion Maués, Flávia de Sampaio Leite, Flávio Loureiro, Flávio Pachaliki, Genaro Urso, Hellen Silva, Ivan Selvas, Isaac Akcelrud, João Machado, José Rocha, Juan Pezzutto, Juarez Guimarães, Justino Pereira, Kipper, Linete Martins, Luscar, Manoel Alvarez, Márcia Braga, Márcia Moreira, Marco Aurélio Garcia, Marcos Soares, Maria Lúcia Brandão, Mario Augusto Jakobskind, Maringoni, Marisa Mellani, Marisa Dias Costa, Miadaira, Milton Fogo, Nelson Rios, Nilmário Miranda, Norma Sueli O. Reis, Chico Fontanezi, Antônio Simões, Ohi, Pato, Patrícia Comil, Paulo Barbosa, Paulo Roberto Ferreira, Paulo Zilligmann, Pedro Ortiz, Peseu Abramo, Raimundo Pereira, Rogério Sottili, Rui Falcão, Sérgio Canova, Sérgio Sister, Walter Ono, Wladimir Pomar Waldenor Reis. A opinião dos articulistas não reflete necessariamente a linha editorial do jornal.

**Brasil Agora** é uma publicação quinzenal da Editora Brasil Agora Ltda. - Alameda Glete, 1049 - CEP 01215 - São Paulo/SP - Fones: 220-7718/223-0959 - Fax: (011) 222-7761 - **Administração:** Luiz Maier/Assistente: Ivanilda Alves - **Gerência Comercial:** Luiz Maier - **Circulação/Assinaturas:** Ana Maria Alves - **Banco de Dados:** Gilberto Genestra - **Coordenação de Vendas S.P.:** Milton Fogo - **Assinaturas:** Rio de Janeiro: Paulo Morani (021) 284-5064, Fortaleza: José Vital (085) 252-1992, Porto Alegre: Taites da Rosa (051) 221-7733, Belém: Rui Santana, José Maria R. de Souza Filho (091) 224-8579, Belo Horizonte: Antonio Borges (Cebola) (031) 222-3735, Florianópolis: Wolney Chucro (0482) 23-5907 - **Expedição:** Valdeci Evangelista - **Serviços Gerais:** Elsiandra M. Ferreira, Fernando S. Siqueira, Lucilene B. Silva.

**Impressão:** Diário de Mogi - Distribuição: Dinap S/A - Tiragem desta Edição: 35.000 exemplares foram impressos no dia 19 de janeiro de 1993.

**Jornalista Responsável:** José Américo Dias

**BRASIL AGORA**  
Assine já  
LIGUE GRÁTIS  
0800 - 11.1300

Preencha em letra de forma. Envie cheque nominal e cruzado à EDITORA BRASIL AGORA LTDA. Alameda Glete, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP. - Fones: (011) 220 7718 / 221 5853

NOME:.....  
ENDEREÇO.....  
CIDADE.....UF.....  
CEP.....FONE.....  
PROFISSÃO.....  
CARTÃO DE CRÉDITO:  VISA  CREDICARD  AMERICAN EXPRESS  
Nº.....VALIDADE.....

Assinatura 12 edições CR\$ 6.000,00  Assinatura para o exterior (semestral US\$ 30)  
 Assinatura 25 edições (anual) CR\$ 10.600,00  Assinatura de apoio (anual) CR\$16.200,00

## Perigo à vista

O relatório de uma subcomissão da Câmara Federal, ignorada pela grande imprensa, aponta riscos enormes para o País no plano FHC2.

O principal deles é a hiperinflação do cruzeiro real no momento em que a URV (nova moeda dolarizada) for implantada, o que deverá ocorrer no dia 1º de março próximo. Somente as pretensões presidenciais do Ministro, ao lado da omissão irresponsável da imprensa, explicam a cegueira diante deste grave perigo que ameaça especialmente a população pobre (páginas 8, 9 e 11).

Nesta edição, destaca-se ainda matérias sobre a campanha de Lula na Amazônia, revisão constitucional, eleições em El Salvador e a entrevista com o cantor de Rap, Gabriel, o Pensador.

O Editor

# Opinião

Em primeiro lugar, as condições objetivas. A dívida externa brasileira deixou de ser um problema, pois os fluxos de capitais para o Brasil foram retomados, as reservas internacionais estão suficientemente elevadas, as taxas de juros internacionais estão baixas e as renegociações atuais são extremamente vantajosas para o Brasil. Certo?

Errado. A sangria provocada pelo pagamento de juros e principal da dívida continua e continuará arrebatando as condições macroeconômicas e sociais do Brasil. Do mesmo modo que na década passada.

Esses números se referem apenas à dívida externa oficial, estacionada. Enquanto o desembolso (juros mais amortização do principal) acumulou US\$ 130,1 bilhões, os ingressos (refinanciamento e esporádico "dinheiro novo") acumularam apenas US\$ 130,1 bilhões no mesmo período. Isso quer dizer que o país remeteu para o pagamento da dívida, liquidamente, um valor aproximado de US\$ 67,7 bilhões, que corresponde ao acumulado na coluna **Saldo** da tabela acima. Entretanto, essa gigantesca sangria sobre a economia nacional não serviu nem um pouco para reduzir o estoque da dívida, que cresceu de US\$ 93,5 bilhões em 1983 para US\$ 135 bilhões em 1992.

Moral da história: o Brasil faz um verdadeiro esforço físico, com a inovação de que a pedra que ele leva até o topo da montanha, a cada ano,

## O PT E A DÍVIDA EXTERNA

retorna para baixo com um tamanho muito superior. A cada ano, a pedra a ser carregada para o topo da montanha é muito maior e mais pesada do que no ano anterior.

Ao contrário do que se afirma, os fluxos de capitais que estão entrando no Brasil, como de resto nas demais economias latino-americanas desde 1991, e engordando inutilmente as reservas internacionais, não servem nem um pouco para se reverter a pressão da dívida externa sobre a economia brasileira. Esses fatores são compostos, na sua grande totalidade, de capital especulativo de curto prazo, que não pode ser usado nem para a capitalização produtiva das empresas privadas e muito menos para aliviar o peso dos desembolsos da dívida externa oficial. Ao contrário, esse hot-money faz parte de um processo global de acumulação puramente monetária, compondo o fenômeno pomposamente denominado de globalização da economia mundial.

São imensas massas de capital liberadas pela superprodução e desaceleração do setor produtivo das principais economias. Precisam de uma grande liberdade de circulação nas diferentes economias nacionais, principalmente naquelas em que os circuitos especulativos são criados e perpetuados por práticas econômicas suicidas de ajustes monetários baseados na elevação das taxas de juros internas, nas âncoras cambiais e nas revisões constitucionais que desregulam os controles estatais, liquidam as empresas públicas e rampam o fundo do tacho do que ainda resta de forças produtivas nacionais, principalmente a sua população trabalhadora.

Mas, repetindo, esse processo de globalização não passa nem perto de uma solução para o problema da dívida externa. Basta verificar a situação de outras economias latino-americanas que foram mais fundo nas reformas neoliberais - México, Argentina, Venezuela, etc. -, onde os estoques das respectivas dívidas externas continuam crescendo e, não menos importante, o volume dos juros pagos aumentando, apesar da queda conjuntural das taxas de juros internacionais. Todas essas economias já concluíram suas renegociações das respectivas dívidas externas nos moldes do tão exaltado Plano Brady. Essas experiências têm mostrado que a adesão a esse plano favorece apenas os bancos credores, na medida em que instaura o valor dos títulos, normaliza a contabilidade e os lucros dos bancos que não tinha feito provisão para devedores inadimplentes e, finalmente, garante a continuidade do fluxo normal de desembolso dos juros do principal das dívidas ressuscitadas.

Entretanto, tem muita gente tentando minimizar os efeitos da dívida externa brasileira, atacando principalmente a tese do programa de governo do Partido dos Trabalhadores de *suspensão da dívida externa, com uma auditoria internacional*. Tentam confundir essa tese com uma moratória pura e singular, com um mero voluntarismo de confronto com os credores internacionais. Mas, defendendo a suspensão da dívida, o PT está apenas mantendo a coerência do seu programa como um todo. A tese da suspensão da dívida é até mesmo muito suave, se for tomada isoladamente em relação aos catastróficos efeitos da dívida sobre o funcionamento da economia e da sociedade brasileira.

É uma tese que exprime, junto com o restante do programa econômico do PT, unicamente a percepção de que o Brasil deve ser um país soberano e que só poderá resolver sua grande crise com a redefinição dos seus principais entraves estruturais.

A dívida externa é sem dúvida um desses grandes entraves. Nesse sentido, ela deve ser redefinida, deve ser investigada do mesmo modo que se fez recentemente com os anões da famigerada Comissão de Orçamento do Congresso. Deve-se descobrir as grandes falcatruas que cercaram e cercam essa história de horror sem fim, em que quanto mais se paga mais se deve. A suspensão da dívida externa, simultânea a uma auditoria internacional, não é absolutamente um casuismo de um único partido. Também não é apenas uma medida de mera racionalidade econômica, o que de resto já seria suficiente para justificá-la. É mais do que isso. É a própria afirmação da sociedade civil brasileira arrebatada pelo desemprego, pela fome e pela falta de esperança de que a solução para os seus problemas começa com a vontade de enfrentar com transparência os desafios para uma nova sociedade, sem subdesenvolvimento e sem dependência. A tese de suspensão da dívida externa com auditoria internacional, do PT, apenas exprime essa vontade da sociedade civil brasileira e dos seus trabalhadores. O resto é conversa de quem desconhece o problema ou está mal-intencionado.

**José Antônio Martins**

Doutor em Economia pela Universidade de Paris e professor de Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas

## BASES PARA UM ACORDO

Um encontro de unidade política que expresse a capacidade do PT de governar o Brasil e passe por cima de picuinhas internas, vetos pessoais e interesses menores. Em síntese, essa é a linha proposta por Emir Sader (*Brasil, Agora* n.º 53) para o 9.º Encontro Nacional do partido, a realizar-se em abril. Emir argumenta, com razão, que é preciso superar o atual "clima tão ruim" (a expressão é dele) no interior do PT, sob pena de sucumbirmos diante das poderosas tarefas que temos pela frente: eleger Lula governante do país.

O caminho para a unidade seriam acordos políticos entre os setores majoritários, na direção geral de uma *pax* petista, contornando sectarismos e criando uma base estável, sobre a qual a campanha presidencial se desenvolveria com maior tranquilidade. Somente assim o partido se colocaria "à altura das responsabilidades que se avizinham".

Emir não aponta, porém, em que poderiam consistir tais acordos. Acordos pressupõem concessões de parte a parte. Por isso, é imprescindível que se examinem acontecimentos recentes que exacerbaram as tensões internas.

Em primeiro lugar, é fundamental assinalar que o desenlace do 8.º Encontro Nacional, realizado em 1993, não deveria encorajar nenhuma forma de truculência política. Pelo contrário: o Encontro, embora

tenha alterado a correlação de forças no partido, consagrou o princípio da unidade em algumas questões de forte simbolismo. Houve acordo político na constituição da Executiva Nacional, reservando-se para a chapa derrotada nada menos do que a secretaria-geral. Houve acordo também quanto ao cancelamento da punição da ex-prefeita de São Paulo. De resto, o Encontro desenrolou-se sem maiores sobressaltos, para desgosto da mídia.

Daí para a frente, bastou que a nova maioria pusesse em prática nas instâncias, ainda que timidamente, o programa com o qual se elegeu para que se registrassem movimentos dissonantes. O mais rumoroso desses movimentos, e também o mais desgastante, é a rebelião da bancada federal, que atingiu seu ápice nos últimos dias.

Como fazer a unidade se o líder da bancada de deputados federais do PT ataca publicamente a direção nacional do partido? Que tipo de acordo se pode fazer com deputados petistas que mais facilmente se rendem ao canto de sereia dos jornais do que às normas partidárias?

Perto do estrago causado pela bancada federal, os antigos ataques da Convergência lembram traquinagens infantis. Mas os que mais clamaram pela cabeça da CS são os que estão à frente da rebelião ou com ela compactuam.

Existem ainda outras fontes de dilaceração da vontade partidária que requerem exame. Em São Paulo,

por exemplo, setores do partido ainda hoje insistem em apoiar a candidatura de Mário Covas (PSDB) ao governo estadual, manobra que implica descartar a candidatura petista de José Dirceu. Isso depois de decisão do Diretório Estadual que antes mesmo da prévia interna fechou questão em torno da candidatura própria pelo acachapante placar de 52 votos a 3.

A mídia se alegra com as manifestações de modernidade e "vontade própria" dentro do partido. Em parte, esses encaminhamentos "independentes" devem-se ao esforço que os meios de comunicação desenvolvem com o objetivo de dirigir o PT de fora para dentro. Esses companheiros que hoje dispõem de todo espaço na mídia estariam dispostos a moderar-se, respeitando as regras do jogo político democrático?

A melhor maneira de desanuviar as tensões internas, nos dias que correm, é propugnar pelo respeito às decisões das instâncias partidárias. E, claro, trabalhar desde já para formar um amplo arco de alianças na base da sociedade, capaz de impulsionar Lula. É o reencontro do PT com as massas populares que fará sumir o sectarismo, a intolerância e as miudezas.

**Marcos Soares**

é jornalista, membro do CDM de São José dos Campos



Encerrou-se no último dia 5 de fevereiro a Caravana das Águas, que Lula e cerca de 45 dirigentes petistas e simpatizantes de sua candidatura

realizaram pelos rios amazônicos, a bordo do Rodrigues Alves. Oded Grajew, empresário da área de brinquedos que integra a coordenação da campanha de Lula, relatou ao *Brasil Agora* suas impressões acerca da Caravana, de que participou no trecho Manaus/Santarém.

“Naquela região, há muita terra, água abundante, peixes, uma riqueza potencial que contrasta com a carência da população, sem saneamento básico e moradia decente, privada de educação e saúde. Poucas

## CARAVANA DAS ÁGUAS

coisas melhorariam muito a vida das pessoas: a organização de cooperativas, a criação de condições de transporte das mercadorias para o ponto de venda, viabilização da armazenagem dos produtos agrícolas, do pescado.”

“É impressionante a receptividade ao Lula. As 5 horas da manhã, havia uma multidão no porto, carregando faixas, cartazes, bandeirolas feitas à mão, compondo músicas, um enorme carinho. Foi interessante ouvir muito mais do que falar. Reinvidicações, sugestões,

queixas, idéias que foram coletadas para o programa de governo. Ficou evidente que a relação pessoal é mais importante do que a televisiva. As pessoas querem tocar, olhar, sentir. É curioso o que faz a TV: por causa da barba, teve



Lula homenagiado por lideranças indígenas

### Escolhida a coordenação

Lula será o coordenador-geral de sua própria campanha. Trabalharam mais diretamente com ele os três vice-presidentes nacionais do partido: Rui Falcão, Luís Eduardo Greenhalgh e Aloísio Mercadante. Integram a coordenação: Lauro Marcondes, Gilberto Carvalho, Tatau Godinho, Markus Sokol, Jorge Almeida, Marco Aurélio Garcia, Hamiltom Pereira, Oded Grajew, Paulo Okamoto e Paulo Vanuchi.

quem achasse que o Genoíno com o Lula.”

“Nos lugares onde o PT é mais organizado, mais aberto, a receptividade é muito maior. Mas onde há problemas, onde o PT é mais sectário, reacionário a outros setores sociais, o número de pessoas que apareciam para ver o Lula era menor”.

“Eu pensei que isto já estava

superado, mas ainda é muito forte na cabeça da população a idéia de que o Lula é comunista, vai pegar tudo de todos”.

“O episódio do Ricardo Moraes foi muito constrangedor. Ele tentou mostrar que tem força política, mobilizou muita gente para as atividades. Ele explorou a situação.”



# Programa propõe

A partir do início de fevereiro, a direção do PT estará enviando para discussão no partido o primeiro projeto de Programa de Governo para a campanha de Lula à Presidência da República. Trata-se de um texto com um grau desigual de elaboração: há questões que foram objeto de discussão ampla, que contaram com uma participação significativa, e há outras que tiveram pouco debate e são contribuições quase individuais. Há também lacunas que terão de ser preenchidas até o Encontro Nacional, que será realizado em Brasília, de 29 de abril a 1.º de maio, e aprovará o texto que servirá de base à discussão do PT com outros partidos.

De qualquer maneira, os eixos básicos da proposta estão bastante

claros e são o resultado de uma discussão que vem desde o processo de preparação do 8.º Encontro Nacional do partido, em junho de 1993. O PT centra seu programa de governo na idéia de construir um projeto de saída da crise brasileira alternativo às concepções neoliberais, que têm sido a referência para as elites brasileiras e que vêm presidindo as políticas de governo desde a posse de Collor. Realizará uma **revolução democrática**, com a ampliação dos mecanismos de participação para assegurar o maior controle do Estado pela sociedade (e, nesse sentido, as experiências de Orçamento Participativo das prefeituras dirigidas pelo partido são emblemáticas. Na esfera federal a questão será mais complexa, mas

perfeitamente possível, e necessária inclusive para eliminar a possibilidade da corrupção na elaboração e execução do Orçamento). O programa do PT destaca ainda a reforma e democratização do Estado e a universalização da cidadania. Propõe-se a promover um novo ciclo de crescimento da economia brasileira, baseado, ao contrário dos anteriores, na distribuição da renda e da riqueza, no desenvolvimento de um mercado interno de massas e na democratização dos instrumentos de regulação e execução da política econômica.

Não houve até agora grandes divergências nessas orientações fundamentais. Mas já há polêmicas vivas sobre determinados temas. A maior discussão até agora vem se

dando no programa para as Forças Armadas.

### Polêmica

O debate dessa questão começou quando César Benjamim, um dos coordenadores da Comissão de Programa do PT, resumiu em entrevista para a *Folha de S.Paulo*, em 3 de janeiro, as propostas do grupo que tinha formulado um programa militar. Defendeu, com reorientações, a continuidade do programa nuclear brasileiro e do Projeto Calha Norte - duas questões sempre criticadas pelos militantes do PT. Mais ainda, avaliando que o orçamento militar atual é inteiramente insuficiente até para a manutenção das Forças Armadas, César mencio-

A última da Folha de S. Paulo foi divulgar, por dois ou três dias seguidos, que o Diretório Nacional do PT teria autorizado coligações estaduais com partidos e candidatos que não apoiam a candidatura presidencial de Lula. Se verdadeira, a notícia representaria uma mini-revolução interna: afinal, o 8º Encontro nacional do Partido foi muito explícito ao afirmar a "impossibilidade de alianças em nível estadual, desvinculadas do apoio à candidatura Lula".

Na verdade, mais uma vez a *Folha* exagerou. A resolução da direção nacional petista sobre "as alianças nos estados" diz muito sucintamente: "prosseguir as conversações sobre alianças eleitorais em estados como MT, SC e RO".

### Santa Catarina

O objetivo do PT é constituir uma Frente Popular neste estado (composta por PT, PSDB, PDT, PPS, PCdoB, PSB e PV), para derrotar a candidatura de Esperidião

Amim (PFL-PPR). Ao mesmo tempo em que recusou a proposta de "união das oposições", feita pelo PMDB, com a simpatia do PPS e do PDT, o Partido dos Trabalhadores catarinense vem, "desde o ano passado, aplicando a política do 8º Encontro: disputar a cúpula e a base do PSDB". É o que afirma Vilson Santin, deputado



estadual e membro do Diretório Nacional do PT. Se esta tática tiver sucesso, o candidato da Frente Popular ao governo do estado será Jailson Barreto; Nelson Wedekin (PDT) e Luci Choinaski (PT) disputarão as duas vagas ao Senado. "Nos debates de que tem participado, Jailson Barreto tem feito

# NOS Estados

duras críticas ao neoliberalismo, à política de Fernando Henrique Cardoso e ao PMDB. E disse-nos claramente que se o PSDB compuser um campo anti-Lula, haverá um rompimento no partido", afirmou ao Brasil Agora o deputado Vilson Santim.

Não está muito claro —para o PT e talvez para o próprio Jailson— como ele combinará sua disposição de apoiar Lula com a contingência de ser tucano.

### Rondônia

Este estado é controlado pela ultra-direita, na figura do governador

Oswaldo Piana, um dos arrolados pela CPI da pistolagem. O candidato do governador é Francisco Chiquilito Erse, recém-filiado ao PDT. Outro candidato à sucessão estadual é o Senador Odacir Soares (PFL), da tropa de choque de Collor. Também candidato é o ex-governador Gerônimo Santana, ex-PMDB e atualmente PPR.

Diante deste quadro, a direção do PT de Rondônia almeja participar de uma coligação composta pelo PSDB, PT, PPS e PSB —e encabeçada por Valdir Raupp, do PMDB. Segundo Bernardo Lopes, da executiva estadual do PT, um novo governo da ultra-direita tornaria

"impossível a governabilidade das administrações petistas", bem como a de Porto Velho, onde o PT participa do governo de José Guedes (PSDB)

Eleito vereador em 1982, Valdir Raupp foi sucessivamente prefeito de Rolim de Moura, diretor do Departamento de Estradas de

Rodagem durante o governo de Jerônimo Santa (1986-1990) e, em 1992, novamente eleito prefeito de Rolim de Moura. Tido como um "empreendedor, tocador de obras, tipo Maluf", Valdir Raupp é colega do senador Ronaldo Aragão, indicado para cassação pela CPI do Orçamento. Mesmo assim, as principais lideranças do PT de Rondônia são favoráveis a coligação. É o caso dos deputados estaduais Neri Bianchini e Severino Dias, dos prefeitos petistas de Ouro Preto, Nova Brasilândia e Jaru; e da direção estadual partidária. Mesmo assim, a previsão de Bernardo Lopes, da executiva estadual, é a de uma vitória apertada ("60 a 40%") no encontro estadual marcado para abril.

Isso se a coligação não afundar por um motivo mais prosaico: a candidatura a vice e ao Senado. O PT só participa da Frente se ocupar uma destas vagas. Afinal, Lula tem, dependendo da região do estado, entre 30% e 50% das preferências do eleitorado. E o PT é o partido preferido por mais de 20% do eleitorado.

### Mato Grosso

O diretório Estadual do PT decidiu "retomar as discussões com a Frente de Oposição neste estado, com vistas a conformação de uma aliança político-eleitoral para as eleições de 1994". Tais negociações —que envolvem o PDT, o PSDB, o PMDB, o PSB, o PCdoB, o PSC e o PPS, em torno da candidatura ao governo de Dante de Oliveira— haviam sido interrompidas em 17 de novembro de 1993. Numa decisão unânime, o PT do Mato Grosso considerou que a Frente estava firmando acordos à direita, marginalizando o PT e a candidatura Lula.

Em 10 de janeiro de 1994, os partidos componentes da Frente de Oposições encaminharam ao PT uma nota onde se pode ler: "a candidatura Lula terá espaço assegurado em

todos os eventos realizados pela frente. Aop mesmo tempo, fica também resguardado o mesmo direito a todos os candidatos a Presidência, apresentados pelos demais partidos da Coligação. A Frente das Oposições não comporta a presença de Partidos conservadores e reacionários." A vice e uma das vagas ao Senado caberão ao o PMDB, ficando a outra vaga com o PSDB, e uma das suplências com o PDT.

### Sergipe

Em dois outros estados, o PT está as voltas com coligações compostas por partidos que não apoiam Lula à presidência. Um dos casos é Sergipe, onde o senador Albano Franco (PSDB) polariza com o prefeito de Aracaju, Jackson Barreto (PDT). Jackson conta com o virtual apoio do PDT, do PMN, do PCdoB, do PV, do PSB... e do Partido Popular, onde milita o ex-governador Antonio Carlos Valadares. Outro complicador é o Senador Lourival Batista, filiado ao PMN. Caso saia isolado, o PT deve manter ou até reduzir sua bancada de dois deputados estaduais. Se apoiar Jackson Barreto, a direção do PT sergipano cogita eleger 3 deputados estaduais, 1 federal e até 1 senador (o professor Carlos Brito, que em 1990 foi o segundo deputado federal mais votado no estado, com 22 mil votos, não se elegendo por falta de votos na legenda). Por outro lado, se coligar o PT terá companhias incômodas e outras inexplicáveis.

### Ceará

O PT decidiu buscar uma aliança com PT, PSB, PCdoB, PV, PPS, PDT e PSDB. A resolução foi aprovada por 26 votos favoráveis, contra dezoito votos que se dividiram entre três outras resoluções, todas contrárias à aliança. Para chegar a este resultado, argumentou-se pública e internamente com a versão Folha da política de alianças aprovada pelo último Diretório Nacional do PT. Vale dizer que, se nada for feito, a versão se transformará em realidade, com o PT (e Lula) subindo em palanques junto com o PMDB, o PP e até com os tucanos cearenses, apoiadores *tout court* da política neoliberal de FHC e da tentativa de firmar uma frente anti-Lula.

Valter Pomar

# revolução democrática

nou a conveniência de elevar esse orçamento de 0,5 % do PIB para até 2 %. Foi justamente esse o ponto da entrevista que a *Folha de S. Paulo* destacou, sempre atenta à exploração das possibilidades de estimular a cizânia entre os petistas.

E a *Folha* foi bem-sucedida: logo diversos militantes do partido, especialmente os vinculados às questões dos direitos humanos, ambiental e indígena, responderam de forma irada.

A proposta levada à direção do PT pelo coordenador-geral da Comissão de Programa do PT, Marco Aurélio Garcia, já teve algumas mudanças: falou em "racionalização dos gastos militares e aumento das dotações orçamentárias em função do crescimento das

receitas, respeitadas as prioridades sociais do governo"; além disso, enfatizou a revisão do Projeto Calha Norte, para "compatibilizá-lo com a política de respeito aos direitos das populações indígenas e de exploração da Amazônia nos marcos de uma indispensável proteção ambiental", e condicionou o programa de desenvolvimento da tecnologia nuclear a fins pacíficos. Contudo, não foi eliminada a polêmica. O tema, aliás, tem agora uma importância que dificilmente se imaginaria em 1989: há possibilidades de que Lula seja um candidato com apoio expressivo nos meios militares, e consequentemente estes examinarão com atenção as propostas do PT para a área.

### Dívida

A outra polêmica mais viva até agora diz respeito também, curiosamente, a outra mudança favorável: embora a questão de fundo permaneça, o Brasil não está hoje tão sufocado pela dívida externa como estava em 1989. Conjuntamente, houve uma queda significativa dos juros internacionais, e voltou a entrar capital no país - o Brasil deixou a condição de exportador líquido de capitais, verificada nos anos 80, está recebendo dinheiro (que vem sobretudo em busca das taxas de juros em cruzeiros reais mais do que generosas, e com cláusulas que permitem sair a qualquer momento - é o chamado *hot-money*) e acumulou reservas cambiais elevadas. Embora

tudo isso continue muito instável e o problema da dívida externa não seja apenas cambial (é também fiscal, alimentador da inflação, e ético), passa a ser possível usar o argumento de que é desnecessário manter de início a posição tradicional do partido de suspensão do pagamento da dívida externa associada a uma auditoria, enfatizando no lugar disso uma renegociação que poderá ou não chegar à suspensão dos pagamentos. Dessa forma, seria evitado esse confronto no período posterior à posse, e o novo governo teria tempo para outras brigas, que não faltarão. Ao mesmo tempo, as posições que sempre existiram no PT, a de suspensão com auditoria e a de criação de condições para não pagar a dívida, permanecem com muita força.

## Declaração de princípios

Apesar de anos comungando de incontáveis projetos de jornais e revistas alguns dos quais bastante promissores, não sou profissional de carteirinha. A bem verdade, não passo de um esforçado leitor, educado em duas máximas da cultura iluminista: viver da palavra e desconfiar da palavra. Escarafunchador das letras - por absoluta falta de imaginação, retiro meu sustento de uma pequena editora de livros -, aprendi a importância das entrelinhas: aquele espaço sem métrica onde se revelam o caráter de classe da imprensa e a classe do caráter de seus criadores.

Quem lê pergunta. Parto do ponto de vista de que, por trás de cada pauta ou notícia, ou de cada omissão, move-se um emaranhado de interesses. O consumidor de jornais e revista informa-se pelo que está escrito. O leitor, pelo que está além das palavras.

A crítica à imprensa já não é mais uma ofensa à mais encantadora das profissões. O jornalismo contemporâneo é um ofício que dá pena, mesmo quando muito bem pago. A industrialização da mídia exterminou com o biotipo redentor, operário das idéias, porta-vozes dos silenciados. Como o metalúrgico ou a prostituta, o jornalista dos tempos modernos sofre a alienação do trabalho: apenas não é seu corpo que deixa de lhe pertencer, mas suas opiniões. O único ser pensante de uma redação, na imprensa dos de cima, é o dono - ainda que através do cérebro e do talento de seus funcionários.

Vale a pena falar de jornais e revistas. Milhões de pessoas acordam todos os dias e, café na mão, orientam suas vidas e seus movimentos pelas informações e serviços estampados em páginas de diversos formatos.

Afinal, falar da imprensa é uma arma contra a sua maior defesa: o mutismo a respeito de suas mazelas e manias. Os donos da mídia também acham-se donos da verdade.

Para os de baixo, o desafio de virar ao avesso a rede de intrigas, de desvendar as mãos que conduzem os fios do mundo das notícias, faz parte do aprendizado que torna os despossuídos agentes da refundação do Estado e da organização da sociedade.

Talvez não haja forma de melhor reconhecer os amigos, identificar os oponentes e descobrir os atordoados que uma leitura nos jornais e revistas

Breno Altman

# A VEZ DAS EMPREITEIRAS

O Brasil assistiu nos últimos meses de 1993 e no início de 1994 a um processo inédito. Foram noventa dias de intensa mobilização no Congresso Nacional para discutir, inquirir, averiguar e apontar os culpados do que se convencionou chamar de "esquema do Orçamento".

Pela primeira vez na História da nação, o Poder Legislativo averiguou de forma abrangente a atuação de seus membros e expôs à sociedade um grande esquema de corrupção, apontando os corruptos e suas negociatas. "Poderia ter sido melhor", dizem alguns. "Era preciso indicar mais deputados a cassação", dizem outros. Com certeza, pela gravidade do tema a conclusão final do relatório da CPI do Orçamento foi tímida.

Entretanto, há que se esclarecer que essa CPI teve-se tão somente a investigar os corruptos, não entrando na atuação dos corruptores. Como aqueles não existem sem estes, faz-se necessário, agora, completar o processo investigatório, pois é o poder corruptor o maior beneficiário do desvio de recursos públicos.

A corrupção no Orçamento deu-se principalmente pela atuação criteriosa e planejada de empreiteiros em conluio com órgãos da administração pública. A companhia Norberto Odebrecht, que teve documentação analisada pela CPI do Orçamento, construiu um verdadeiro "arcabouço doutrinário" para favorecer-se desses recursos. Além de autoridades públicas, contava também com a ação de outras empreiteiras. Esse fato levou o senador José Paulo Bisol, em seu relatório apresentado à CPI, a solicitar a instalação urgente da CPI das

empreiteiras, a fim de concluir-se o processo investigatório, remetendo, concomitantemente, toda a documentação ao Ministério Público Federal, em virtude de fortes indícios de crimes praticados pela empresa. O fato também mereceu um tópico no relatório final apresentado pelo deputado Roberto Magalhães, no qual ficou comprovada a existência de um cartel de empreiteiras que promovia rodízios para vencer licitações, fraudando o processo e loteando recursos públicos.

A instalação da CPI das Empreiteiras é urgente e indispensável para esclarecer todos esses fatos e prestar contas à nação. Entretanto, dependerá dos esforços de todos aqueles que apostam na mudança do país, uma vez que os grandes empreiteiros estão mobilizados no sentido de impedir tal instalação, contando com o apoio de grupos de parlamentares que por eles são favorecidos. Soma-se a essa situação o fato de estarmos em ano eleitoral, sendo que muitas dessas empreiteiras dispõem de elevados recursos para financiamento de campanhas.

A não instalação da CPI das Empreiteiras impedirá a investigação de todos aqueles que se locupletaram com o dinheiro público, inclusive de membros do Poder Executivo, responsável pela liberação dos recursos orçamentários.

Ao afastar e processar o



NORBERTO ODEBRECHT

presidente Collor, ao investigar as denúncias feitas por José Carlos dos Santos, o Congresso Nacional decidiu iniciar uma cruzada contra aquilo que se havia tornado insustentável: a institucionalização da corrupção. Agora, não deve e não pode recuar, sob pena de perder toda a sua credibilidade.

É chegado o momento de desmontar a máfia da corrupção, para construirmos um país digno, do qual nos orgulhemos. Para isso, a CPI das Empreiteiras é fundamental.

Paulo Bernardo

Paulo Bernardo é deputado federal pelo PT-PR e foi indicado pela bancada para compor a CPI das Empreiteiras

## MANOBRAS TENTAM REDUZIR O RESULTADO DA CPI

No dia 20 de janeiro deste ano, a CPI do Orçamento encerrava o seu 1º capítulo com a leitura do relatório final. Desta celebre data até hoje, uma verdadeira incerteza sobre os acontecimentos da CPI invadiu as páginas dos jornais. Fatos e textos que constavam no relatório e não foram impressos na sua versão final; a retirada de nomes de última hora; e as declarações do relator da CPI, deputado Roberto Magalhães, (PFL-PE), que gozava de um descanso em Miami e não cansava de mandar recados atravessados, tumultuaram ainda mais um processo que sem dúvida precisaria de mais tempo para ser concluídas.

O deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG), ouvido pelo Brasil Agora analisou estes últimos acontecimentos: "Essa comédia de erros é devido a fragilidade do relatório final que não conseguiu abarcar toda a complexidade do trabalho sério realizado em 94 dias".

Para Miranda a pressa em concluir os trabalhos esteve baseada em dois eixos centrais: o de interesses espúrios e o desespero de dar início a Revisão Constitucional.

É bom lembrar que o ritmo de atropelo imposto não permitiram a conclusão da investigação de doze parlamentares. Mesmo assim destes



MAGALHÃES: POR TRÁS DA CONFUSÃO

só restaram nove. Para completar esse trabalho inacabado, o deputado Fernando Lyra (PSB-PE), o Corregedor da Câmara tem a responsabilidade de entregar até depois do carnaval o resultado inacabado desta investigação. Corre em Brasília o boato de que o Corregedor está absolutamente perdido, até porque ele não participou como membro da CPI. O volume de informações é simplesmente gigantesco.

Enquanto isso, a atitude de parlamentares conhecidos como "cabeças coroadas" demonstram a sua "coerência". Seria ingenuidade

acreditar que a "tropa de choque" desitiu de fazer lobby, se antes do relatório indiciá-los foram feitas várias investidas, fica fácil deduzir que neste momento o esforço para manobra vai ser muito mais concentrado. As notícias mais recentes são sobre as tentativas dos deputados Ibsen Pinheiro e Ricardo Fiúza e do senador Mauro Benevides. Seja pela movimentação do maior partido no Congresso o PMDB, para salvar o nome do ex-presidente da Câmara, pelos atos de Fiúza e até a ação do super pai, o senador Benevides para livrar seu filho, o deputado Carlos Benevides (PMDB-CE). A intenção da "tropa de choque" é atrasar ao máximo o prazo do trabalho, apostam em 3 ou 4 meses.

Para manter a lógica do comportamento, hoje, 1º de fevereiro, no fechamento desta edição a maioria dos parlamentares indiciados estavam presentes para garantir o início da Revisão Constitucional.

Miranda faz questão de ressaltar a importância do acompanhamento dos desdobramentos da CPI: "É preciso a mobilização da população e atenção, porque a CPI não teminou", disse o deputado.

Adélia Chagas

## Mais uma picaretada

Os conservadores alteram a pauta e procuram dar início às votações, mas dispõem de maioria escassa

Lula tem razão quando diz que no Congresso Nacional há 300 ou mais picaretas. No início da noite de 1 de fevereiro, exatamente 300 parlamentares deram início aos trabalhos da revisão constitucional, aprovando um pedido de preferência para a votação de oito matérias já com pareceres do relator Nelson Jobim (PMDB-RS). Nesta lista constavam assuntos como a redução de mandato do presidente da República para quatro anos, com possibilidade de reeleição, o fim da obrigatoriedade do serviço militar e a criação do Fundo Social de Emergência - esta em oitavo lugar na lista. O FSE foi uma saída encontrada pelo ministro Fernando Henrique Cardoso para compensar o dinheiro que o governo vai deixar de arrecadar por causa da derrota sofrida na semana anterior, quando lhe faltou número para o Congresso votar a ampliação da alíquota do Imposto de Renda das Empresas.

### PROCESSO REVERSÍVEL

Não se deve pensar, apressadamente, que este primeiro resultado favorável aos revisionistas signifique que o processo já é inexorável. O quorum que garantiu aquela votação só foi alcançado após três semanas de intensa mobilização por parte das lideranças dos partidos de direita. Assim mesmo, em primeiro lugar, devido à coincidência dos interesses dos revisionistas com os do governo, que queria travar as linhas-mestras do Plano FHC antes do Carnaval. Em segundo lugar, porque naquela semana ainda não estavam correndo na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara os processos contra os indiciados na CPI do Orçamento. Na verdade, eles nem haviam sido notificados. Nas próximas semanas essa comissão é que será o foco das principais atenções dos congressistas.

Além disso, como comentaram alguns assessores técnicos da Câmara, 300 votos, para quem precisa de 292 para aprovar qualquer alteração da Constituição, significam uma margem muito pequena de manobra. O próprio líder do PMDB, Tarcísio Delgado (MG) comentou com um amigo não acreditar que os partidos pró-revisão conseguirão manter este quorum por muito tempo.

Uma desconfiança, principalmente por parte do PPR e do PFL, ainda podia constituir obstáculo para o deslançamento efetivo da revisão. Os líderes desses partidos temiam votar como prioridade, como queria o governo, a criação do Fundo Social de Emergência - tido como um pré-requisito para a aprovação do Orçamento de 1994 e para a adoção da URV. achavam que, depois disso, o governo pudesse fazer corpo mole na revisão.

### JOBIM, O INSENSÍVEL

Outros fatores colaboram contra a pretensão dos revisionistas. O fato do esquema da revisão ter perdido na CPI do Orçamento pesos pesados como o ex-presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, bom de articulação política, e o ex-líder do PMDB, Genebaldo Corrêa, um

esperto manobrista de plenário, é um deles. Outro é o fato do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) ser mais advogado com pretensões de jurista do que político. Muitos parlamentares, e não apenas da esquerda, se irritam por Jobim conversar muito mais com os empresários da Fiesp do que com os próprios congressistas. Jabes Ribeiro (PSDB-BA) cita um exemplo da falta de sensibilidade política do relator: sua proposta de reduzir o número de vereadores e de acabar com a sua remuneração

autocrítica: "Nós devíamos ter dado mais atenção à luta contra a revisão, porque se ela passar vai trazer grandes prejuízos ao povo e ao Brasil", disse Bisol. E arrematou: "quem vai fazer a revisão serão as mesmas empresas que corrompem o Congresso Nacional". Para o dia seguinte estava convocada uma grande manifestação dos "contras" na frente do Parlamento.

Também no dia seguinte, os "contras" se preparavam para apresentar uma representação à Procura-

constituíram um fundo para gastar em publicidade pró-revisão e financiar as campanhas de parlamentares que votarem nas suas teses de alteração da Constituição. Essas empresas reuniram-se no dia 20 de janeiro em Fortaleza, sob os auspícios do governador Ciro Gomes e do presidente do PSDB, Tasso Jereissati, para traçar sua estratégia.

### AMEAÇA DE RUPTURA

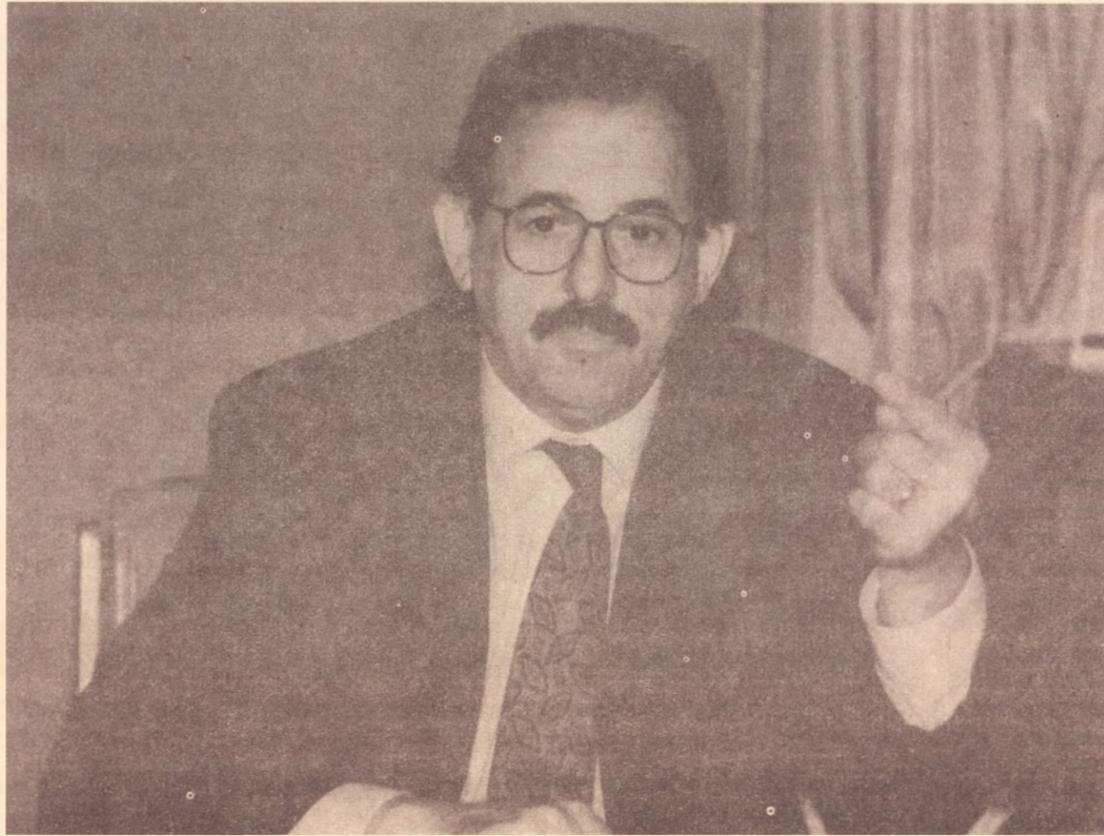
Um dos porta-vozes do grupo, o empresário Laerte Setúbal, afirmou que os parlamentares só serão pagos depois de votar favoravelmente nas propostas das multinacionais, para evitar "traições". Já há gente pensando em criar, logo no início da próxima legislatura, uma CPI da revisão.

Diante dessa situação, não é preciso ser cientista político para perceber o pântano em que os revisionistas estão metendo o Brasil, sem qualquer representatividade social. Por fazer apenas o jogo minoritário de empresários nacionais e estrangeiros, que pretendem modificar a principal lei do país para

elitizar o sistema político e aprofundar a privatização do Estado, estarão rompendo um pacto social limitado - mas o que foi possível costurar após o fim da ditadura. Será que eles esperam que os movimentos populares vão realmente respeitar a

Carta modificada? Na verdade, estarão abrindo uma caixa de Pandora e as consequências serão imprevisíveis. Golpes de Estado são tradicionais na América Latina. Rebeliões populares contra o neoliberalismo começam também a ser frequentes, como demonstram a convulsão social na Venezuela, o movimento dos funcionários em Santiago del Estero, na Argentina, e o levante indígena de Chiapas, no México.

Antonio Carlos Queiroz



Jobim comanda a revisão corrupta das elites...

em cidades com menos de 10 mil habitantes teve o condão de formar, imediatamente, uma enorme frente anti-revisão. Cinco mil vereadores descontentes, que se consideram "as bases" dos deputados e senadores, ameaçam desembarcar em Brasília no próximo dia 9 de fevereiro.

### INICIATIVAS DA ESQUERDA

Neste quadro, tem importância fundamental o crescimento nos últimos dias, da articulação dos parlamentares contrários à revisão com os movimentos populares. E isto a despeito da bancada do PT teimar em revogar a decisão da direção nacional do partido, absolutamente contrária à participação dos parlamentares nos trabalhos da revisão. Sindicatos poderosos, como o dos trabalhadores ligados à Petrobrás e ao Sistema Telebrás têm redobrado as denúncias contra a intenção dos revisionistas de acabar com os monopólios estatais. Um resultado deste movimento: na manhã do dia 1 de fevereiro reiniciou-se, nas dependências do Congresso, a vigília cívica que reúne os "contras", sindicatos, associações, e o Movimento pela Ética na Política.

O senador José Paulo Bisol (PSB-RS) compareceu à reunião e fez uma

doria Geral da República, pedindo a criação de uma Comissão de Inquérito para investigar informações de corrupção de parlamentares publicadas em "Veja". Segundo a revista, empresas estrangeiras, entre as quais a Scania, White Martins, Nestlé, Siemens, Bayer, Xerox e Monsanto,



...que querem abocanhar as telecomunicações

# UMA ROTA PARA O CAOS

*Uma subcomissão da Câmara dos Deputados atesta: plano de FHC arrocha salários, favorece oligopólios, amplia remessas ao exterior e pode provocar hiperinflação*

As críticas que as forças populares lançam há quase dois meses contra o "Plano FHC-2" receberam no último dia 18 caráter de advertência oficial. Uma das três subcomissões em que se dividiu a comissão especial da Câmara dos Deputados criada para estudar o plano aprovou formalmente relatório preliminar que aponta as contradições das medidas propostas pelo ministro da Fazenda, e alerta: aprovadas na forma em que foram sugeridas pelo Executivo, elas tendem a ampliar as desigualdades sociais. Podem ainda provocar, na hipótese de surgirem cenários distintos dos sonhados pela equipe econômica, riscos reais de crise cambial e hiperinflação.

Coordenada pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) e destinada a "examinar a coerência da política monetária definida pelo programa, a subcomissão foi formada por um conjunto heterogêneo de parlamentares. Participaram dos trabalhos os deputados Edén Pedroso (PT-RS), Carrion Jr. (PDT-RS), José Abrão (PSDB-SP), Israel Pinheiro Filho (PTB-MG), Paulo Mandarino (PPGO) e Elísio Curvo (PRN-MT). Ao longo de quase três semanas, os parlamentares ouviram autoridades como o presidente do Banco Central, Pedro Malan, e economistas como Paulo Nogueira Baptista Jr. da Fundação Getúlio Vargas; tentaram promover um debate entre ambos, recusado pelo representante do governo; e requisitaram de inúmeros órgãos oficiais informações que permitiram esclarecer aspectos quase sempre omitidos tanto pela equipe do ministro-candidato quanto pela imprensa, cada vez mais servil a ele.

**A imprensa esconde o relatório, para proteger o ministro-candidato**

Aprovado por unanimidade pela subcomissão, o parecer do coordenador foi sonogado pelos grandes jornais a seus leitores - como vai se tornando cada vez mais comum neste ano politicamente decisivo. Os dados e as análises que ele contém são, no entanto, tão relevantes que o deputado Luís Gushiken (PT-SP) afirmou num debate recente em S.Paulo que "deveriam ser distribuídos por todos os sindicatos".

Os dois primeiros capítulos do



Itamar Franco continua bancando seu Ministro da Fazenda. Até quando?

documento são inteiramente dedicados à reprodução das hipóteses e dos argumentos em que se apóia o próprio governo. Segundo o Executivo, lembra o texto, "a causa essencial da inflação é o déficit público". O programa do Executivo baseia-se, portanto, "na aprovação pelo Congresso de um ajuste fiscal de 22,2 bilhões de dólares, entre cortes de despesas e elevação de receitas".

Na opinião da equipe econômica, o combate à alta desenfreada de preços seria complementado em seguida, lembra o documento, pela criação da URV e mais tarde de uma nova moeda, "cujas emissões seriam rigorosamente controladas". Como "o limitador das emissões sugerido (...) é a quantidade de reservas do país", e como elas "se elevaram de pouco mais de 7 bilhões de dólares em outubro de 91 até 31 bilhões no presente", esse volume permitiria ao governo administrar com tranquilidade a variação da URV e "daria força suficiente para impedir manobras especulativas contra a nova moeda", além de "permitir a regularização das relações do país com a comunidade financeira internacional".

Interessados em examinar a fundo tais afirmações, os membros da subcomissão passam no entanto, a partir do capítulo 4 do relatório aprovado, a examinar um cenário oposto, e certamente menos onírico que o descrito nos documentos oficiais: "um quadro de intensa pressão inflacionária e de disputa dramática entre os diversos agentes econômicos por melhores posições no momento de conversão dos seus cruzeiros reais na nova moeda".

As conclusões sugerem, em primeiro lugar, que o resultado mais

provável são "brutais transferências de renda do trabalho para o capital; e, dentro do capital, dos setores concorrenciais para os oligopolizados". A hipótese é demonstrada de forma extremamente didática.

**Cálculos do governo baseiam-se em cenário francamente onírico**

Ao contrário dos planos anteriores, recorda o relatório, em que o governo intervinha compulsoriamente, através de "tablitras", sobre os contratos firmados nas vendas a prazo, e em que "os trabalhadores passavam a receber imediatamente na nova moeda", o ministro-candidato faz questão agora de frisar que "a utilização da URV deverá ocorrer de forma espontânea. (...) Não deverá haver compulsoriedade de seu uso no setor privado".

Ocorre no entanto, lembra o documento, que alguns setores podem converter seus preços para a nova moeda com rapidez muito superior à dos demais. "Ilustremos a hipótese com o exemplo de uma padaria", sugere o texto. Ela "faz parte, como sabemos, do setor concorrencial da economia. E compra de empresas de outro setor, dos oligopólios, seus principais insumos: o trigo e o fermento. Criada a URV, os oligopólios não vacilarão, como já se pode ver no mercado, em reajustar seus preços, para aderir à URV EM boas posições".

O relatório prossegue. "O dono da padaria não poderá entrar imediatamente na URV, o que corresponderia a reajustar o preço do pão diariamente. Por duas razões: 1) seus consumidores continuarão ganhando em cruzeiros

por algum tempo; 2) seus concorrentes poderão continuar cobrando em cruzeiros, com reajustes a prazos maiores".

Os primeiros problemas começam rapidamente a surgir: em pouco tempo, os donos de padaria "terão obrigatoriamente de reduzir seu prazo de reajustes, para continuar comprando o trigo e o fermento que estarão subindo diariamente em cruzeiros. E esses reajustes repercutirão imediatamente na inflação".

**Conversão à URV penaliza assalariados, favorece oligopólios e traz risco de hiperinflação**

Como a própria URV reflete instantaneamente as pressões inflacionárias, "já no outro dia ela se adiantará mais em relação ao cruzeiro, tornando o trigo e o fermento ainda mais caros". A padaria terá que aumentar com ainda mais frequência os reajustes. E "está criado portanto um ciclo de hiperinflação em cruzeiros reais": "uma espécie de hiperinflação para os pobres", frisa o documento, um processo que "viria, ao contrário do que pretende o ministro, beneficiar" - agora de forma acelerada - "os que já vinham ganhando lenta e continuamente com o processo inflacionário".

A subcomissão destaca, no final do capítulo 4, que os riscos de sobrevir uma disparada dos preços ainda antes da adoção da URV são evidentes. E alerta: o próprio secretário de Política Econômica do ministério da Fazenda, Winston Fritsch, admitiu em entrevista ao jornal "O Estado de S.Paulo", no dia 16, que o governo não dispõe de instrumentos eficazes

para controlar os preços dos oligopólios, e que "os processos demoram meses, e até lá a inflação pode aumentar para 60%"...

O agravamento das desigualdades, a deterioração - agora incontrolável - do poder de compra dos assalariados e a possibilidade concreta de hiperinflação não são, porém, os únicos riscos apontados no parecer da subcomissão. Num segundo momento, os parlamentares advertem claramente que também é duvidoso o próprio cenário de "estabilidade das reservas externas" em que se sustenta o "Plano FHC-2"; que a "normalização das relações" em que se baseia o programa implica no aumento substancial das transferências de recursos aos credores externos; e que, em consequência podem transformar-se em realidade duas hipóteses igualmente indesejáveis: ou a elevação acelerada da dívida interna, que implica num aprofundamento ainda maior da crise financeira do Estado; ou uma crise cambial capaz de proporções ainda incalculáveis.

As conclusões a que chegou a subcomissão - sempre baseadas em estatísticas oficiais - merecem ser analisadas com atenção, especialmente num momento em que a esquerda procura aprofundar o debate sobre a dívida externa, e em que setores das

próprias forças progressistas parecem crer que a defesa da moratória transformou-se em algo "dogmático". Não é o que indicam os números.

A tabela publicada nestas páginas, elaborada pelo Banco Central e incluída como anexo no relatório da subcomissão, demonstra que "de 1987 a 1993, a despeito da moratória parcial, o país pagou aos bancos credores 90 bilhões de dólares, entre juros e amortizações: mais de 12 bilhões de dólares por ano" - somas anuais muito pouco inferiores, portanto, aos montantes remetidos ao exterior no início dos anos 80, quando a crise da dívida do terceiro mundo chegou ao auge.

**Plano prevê pagamentos de até 20 bilhões de dólares ao ano, para credores externos**

As perspectivas para o futuro são, no entanto ainda mais dramáticas. A tabela do Banco Central também demonstra que "entre 1994 e o ano 2000, está previsto que (o país) pagará" - entre juros e amortizações da dívida - "141,3 bilhões de dólares, mais de 20 bilhões de dólares por ano"! Os acordos que o Brasil se prepara para firmar com os credores da dívida, e cuja assinatura está prevista para abril próximo, resultam portanto numa transferência substancialmente maior de recursos ao exterior.

Os números apresentados pelo coordenador da subcomissão foram tão expressivos que levaram até mesmo um deputado do PSDB (o paulista José Abrão) a manifestar publicamente seu desconforto, na sessão a que compareceu o presidente do Banco Central, Pedro Malan.

Ao esforçar-se para contestá-lo, Malan acabou revelando um outro

problema igualmente grave. Ele reconheceu que aumentarão significativamente os recursos canalizados para o pagamento de juros e amortizações. Mas alegou que tal fato equivale apenas a uma *meia verdade*. Explicou que, segundo as previsões do governo, a entrada de *dinheiro novo* no país (expressa na coluna "desembolsos" da tabela) também crescerá de modo significativo. Concluiu que as remessas líquidas de recursos ao exterior (representadas na última coluna da tabela) ficarão em cerca de 9,5 bilhões de dólares ao ano. Alegou que tais valores deverão equivaler, nesse período, a apenas cerca de 2,5% do Produto Interno Bruto.

A subcomissão preferiu analisar o fenômeno tomando como base suas consequências mais amplas. Lembrou que entre 1994 e o ano 2000, ainda que preservada a capacidade de consumo da população, para ampliar as vendas ao exterior, "o saldo da balança comercial - atualmente em cerca de US\$ 15 bilhões ao ano - é menor que o montante de pagamentos previstos para a dívida" - US\$ 20 bi, em média, a cada ano.

Prossegue o relatório da subcomissão: "para arcar com os pagamentos da dívida e regularizar as relações com os credores, e, além disso, fazer face a outros compromissos em moeda estrangeira, o país terá, portanto, que acelerar a captação de recursos externos: está prevista a entrada de 72,866 bilhões de dólares, de 1994 a 2000".

"Em que condições esses empréstimos serão tomados", pergunta a subcomissão. Ela própria se apresenta para responder: "Hoje o BC paga aos compradores de seus títulos juros reais de mais de 25%", enquanto "o banco central americano está pagando menos

de 3% de juros, descontada a inflação em dólares.

O caráter de amplo privilégio ao setor privado em que esta política implica fica registrado logo a seguir: "Isto tem enorme custo para a dívida pública". Enquanto paga 25% reais ao ano para os oligopólios brasileiros credores da dívida pública, "o BC deixa os dólares das reservas aplicados no BIS (...), organismo internacional sediado na Suíça, que paga juros baixíssimos, por volta de 3%" ao ano...

**Necessidade de captar dinheiro no exterior irá manter juros altíssimos, e premiar o grande capital**

A médio prazo, há dois tipos de resultados para esta política, ambos igualmente catastróficos, ressalta a subcomissão. Se as taxas internas de juros não caírem, "a compra de divisas pelo BC terá um custo altíssimo", com transferências de recursos ainda mais maciças para os grandes oligopólios credores e consequências dramáticas para o Tesouro e os investimentos públicos.

Se, ao contrário, ocorrer a queda das taxas de juros sempre alardeada - e nunca promovida - pelo ministro da Fazenda, pergunta a subcomissão por fim: "esses capitais (externos) continuarão chegando nos níveis necessários para os compromissos assumidos?" Ou, ao contrário, poderá eclodir uma nova crise cambial: como em 1982, "quando o Brasil praticamente quebrou; em 1987, quando o governo Sarney-Funaro decretou a moratória parcial; ou em outubro de 1991, quando o nível das reservas brasileiras chegou ao limite mínimo determinado pelo Senado?"

Antônio Martins



## BANCO CENTRAL DO BRASIL DEPARTAMENTO ECONÔMICO

Período	Desembolsos	Serviço da Dívida		US\$ MILHÕES
		Amortizações	Juros	
1987	3260	4219	5543	9762
1988	7441	6496	13836	20332
1989	2963	5582	7237	12819
1990	3573	4620	3490	8110
1991	6122	5322	6694	12016
1992	9651	6642	5902	12544
1993	11200	8779	7883	16662
1994	9746	9616	8308	17924
1995	8490	9831	8420	18251
1996	8990	10781	8554	19335
1997	10190	11576	8569	20145
1998	11290	12636	8659	21295
1999	11890	13135	8760	21895
2000	12290	13560	8950	22510

# NÃO BASTA DIZER "O PETRÓLEO É NOSSO"

TEM QUE SABER O QUE VAI  
ACONTECER SE O PETRÓLEO  
PASSAR A SER DELES...



Muita gente que lê este jornal sabe que o petróleo não pode ficar nas mãos das multinacionais. Mas tem muito mais gente que não lê este, nem nenhum outro jornal, que não compreende nada desta história de "soberania nacional"...

A quebra do monopólio estatal do petróleo tem conseqüências imediatas sobre nossa economia. Por exemplo: a definição dos preços ao consumidor do gás de cozinha, do óleo diesel, do óleo industrial e da gasolina pode deixar de ser uma atribuição do governo federal. E passar para as mãos da Esso, da Shell, da Texaco.

Aí sim, o peso desta decisão vai acabar no bolso de todo leitor ou não leitor de jornal...

FEDERAÇÃO ÚNICA  
CUTISTA / PETROLEIROS

**CUT**

COMITÊ EM DEFESA  
DO MONOPÓLIO  
ESTATAL DO PETRÓLEO  
E DA PETROBRÁS



**MOVIMENTO  
EM DEFESA  
DO SISTEMA  
PETROBRÁS**

É DO POVO, NÃO SE ENTREGA.

PARA APOIAR ESTA LUTA DISQUE: Mauá (011) 450-5322, SP (011) 255-4972, SJC (0123) 29-7188, Santos (0132) 34-5964, Campinas (0192) 41-6144

AGORA

# Candidatura de FHC ameaça plano

QUE TAL  
UMA BOA  
REVISÃO  
NO PLANO?



*As iniciativas eleitoreiras do ministro recebem uma resposta dura no Congresso*

Nos últimos dias, dois fatos interrelacionados, diminuíram as possibilidades de sucesso do Plano FHC2. O primeiro, comandado pelo próprio ministro, foi a extemporânea explicitação de sua postulação à Presidência da República - com direito a distribuição de cestas básicas. O segundo foi a não-aprovação das MPs que aumentavam os impostos sobre as empresas. Essa decisão do Congresso refletiu, além da recusa das forças conservadoras em aumentar a taxa sobre as pessoas jurídicas, a preocupação em não impulsionar a candidatura presidencial de FHC.

A derrota no Congresso só causou surpresa aos que se recusam a enxergar a fragilidade e a falta de habilidade política do governo Itamar e de FHC. Contudo, deve-se ter presente que o governo, para implementar as medidas de estabilização, necessita apenas de abstratos "sinais inequívocos" de que o Orçamento registrará déficit zero para 94 - e não da aprovação efetiva do Orçamento. O grau de arbítrio permitido pela legislação é bastante amplo, e, como se sabe, o Orçamento brasileiro é pouco mais que uma peça decorativa.

### Saída

O problema para FHC é outro. Trata-se de uma corrida contra o calendário eleitoral, que exige a saída do ministro até o final de março. Se o Congresso continuar postergando a aprovação do Orçamento, FHC pode ser obrigado a decidir sobre seu futuro político sem que o ataque contra a inflação tenha sequer se iniciado. A barganha entre as diversas forças políticas determinará as possibilidades eleitorais do ministro, ou seja: as chances de aprovação do Orçamento serão tanto maiores quanto maior a confiança de que ele não será candidato.

Voltando ao plano propriamente dito, os problemas após a aprovação do Orçamento serão menores, com ou sem a candidatura de FHC. Na batalha da conversão (de cruzeiros para a URV dolarizada), já iniciada com a aceleração da inflação em cruzei-

ros reais, nenhum setor dispõe-se a sair na frente convertendo suas rendas em valores próximos à média do passado recente. Como o governo não dispõe de instrumentos para forçar os preços dos oligopólios em direção a esse patamar nem parece disposto a se desgastar na disputa com esses setores, restariam poucas opções.

### Poucas opções

A primeira delas seria iniciar a conversão pela fixação do salário mínimo e dos salários dos funcionários públicos. Nesse caso, o governo enfrentará a oposição não só dos sindicatos mas também de amplos setores do Congresso, que dificilmente assumirá a responsabilidade por medidas impopulares para favorecer a candidatura FHC.

Restaria a opção de iniciar o programa pela indexação das tarifas e dos impostos. Ultrapassados os problemas jurídicos - semelhantes aos enfrentados quando a TR era utilizada como indexador dos impostos -, precisará ser definido o valor em dólares



**FERNANDO HENRIQUE PRESSIONADO A ESCOLHER ENTRE O PLANO ECONÔMICO E A CANDIDATURA**

das tarifas. O mais provável é que o governo seja forçado a abrir mão do patamar atual das mesmas, alcançado após mais de um ano de recuperação de defasagens.

Esse passo estimularia o setor privado a seguir caminho semelhante, mas com um grau de arbítrio muito elevado. O processo como um todo está sujeito a grandes incertezas, todas contribuindo para dificultar a ação do passo seguinte, ou seja, a reforma monetária.

### Reservas

É necessário ter presente que, ao contrário das tentativas anteriores de estabilização, o governo dispõe de um cacife econômico

respeitável, sob a forma de suas reservas cambiais. Falta-lhe, no entanto, cacife político para adentrar o plano de estabilização propriamente dito. Nas próximas semanas o cenário poderá ficar mais claro - embora provavelmente mais conturbado. Se prevalecer a inabilidade e o aodamento eleitoreiro do ministro, o plano permanece no limbo. Se prevalecer um mínimo de bom senso, é possível que termine o intervalo comercial e o filme tenha início. Até lá, o melhor é afivelar os cintos, porque o vôo promete ser de muita turbulência.

### Bernardo Gouthier Macedo

Bernardo Gouthier Macedo é economista e coordenador da Área de Economia Brasileira do Desep/CUT

**Não está dando  
pra ler a Folha?  
Assine Linha Direta**

Assinatura semestral (24 edições) CR\$ 6.000,00

Assinatura anual CR\$ 10.600,00

Assinatura de apoio CR\$ 16.200,00

Basta enviar ao PT/SP cheque nominal ao Linha Direta.  
Rua Conselheiro Nébias, 1052 CEP 01203-002 Fone (011) 223 7999

Nome .....

Endereço .....

Cidade ..... UF ..... CEP ..... Fone .....

# DESCONTO ESPECIAL PARA OS LEITORES DO BRASIL AGORA

## FRONTEIRAS DE SANGUE

*A saga de Chico Mendes*  
de Javier Moro

Um romance-reportagem sobre a epopéia da Amazônia moderna e seus personagens. Baseado em fatos reais, conta — a partir da vida e morte de Chico Mendes — a história de colonizações, os conflitos, os dramas da região. Com mais de 30 mil exemplares vendidos na Espanha, além de edições para Argentina, México e França, *Fronteiras de sangue* é um marco literário e de investigação sobre a Amazônia.

Durante mais de três anos, o autor morou entre índios, fazendeiros, padres e pistoleiros. Chegou à região no dia do enterro de Chico Mendes, e dedicou-se, a partir de então, a pesquisar e escrever sobre a morte anunciada do líder seringueiro e os povos da floresta.

É uma obra obrigatória para quem quer entender o problema amazônico e os grandes conflitos que marcam o Brasil neste século. Um livro útil, sábio e um inesquecível romance.



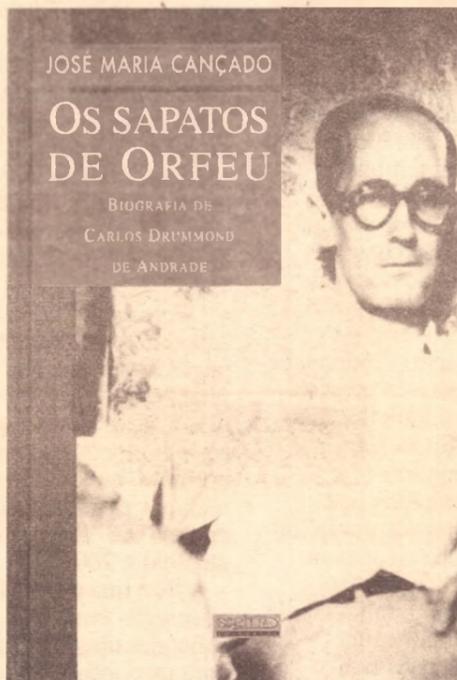
## FAVELA HIGH-TECH

de Marco Lacerda

Uma modelo brasileira e um jovem americano milionário vão tentar a sorte na terra do sol nascente e do esplendor econômico. Arriscam-se. Acabam caindo na vida e encontrando a morte. *Favela high-tech*, romance-reportagem, é uma fascinante aventura no submundo japonês, a revelação de um modo de vida e de uma sociedade escondidos pelo culto à eficiência e à produtividade.

Um casal de imigrantes envolve-se com a *yakuza* — a grande organização criminosa — e o *underground* narco-sexual. E cada passo de sua tensa história vai desvendando uma realidade jamais apresentada nos inúmeros *papers* e ensaios sobre o Japão.

Marco Lacerda, com a verve dos bons romancistas de suspense, fez de uma reportagem espetacular a matéria-prima de um livro instigante. Daqueles que a gente lê de uma sentada.



## OS SAPATOS DE ORFEU

*Biografia de Carlos Drummond de Andrade*

de José Maria Cançado

A primeira biografia de Carlos Drummond de Andrade, o poeta maior. Duros anos de pesquisa, mais de uma centena de entrevistas — e José Maria Cançado apresenta aos leitores uma obra invulgar: *Os sapatos de Orfeu*.

Uma narrativa emocionante, riqueza de informações, um retrato acurado. *Os sapatos de Orfeu* conta a trajetória de um homem a altura de seu tempo, dos sonhos de seu tempo, das angústias de seu tempo.

Que aqui não se busque apologias, elogios fáceis, um amontoado de histórias picantes: *Os sapatos de Orfeu* é uma biografia de corpo inteiro, destas que não se esquece na estante, tomada pela poeira.

É um livro que não pode deixar de ser lido por quem ainda carrega nas mãos o sentimento do mundo.

MARCO LACERDA

## FAVELA HIGH-TECH



UMA MODELO BRASILEIRA E UM JOVEM AMERICANO MILIONÁRIO VÃO TENTAR

A SORTE NA TERRA DO SOL NASCENTE E DO ESPLENDOR ECONÔMICO. ARRISCAM-SE. ACABAM CAINDO NA VIDA E ENCONTRANDO A MORTE.

SCRITTA

### Faça já o seu pedido

Sim. Quero receber os seguintes exemplares abaixo relacionados:

quantidade	título	preço com 20% de desconto	total
_____	Fronteiras de sangue	CR\$ 12.800,00	CR\$ _____
_____	Os sapatos de Orfeu	CR\$ 14.160,00	CR\$ _____
_____	Favela high-tech	CR\$ 6.960,00	CR\$ _____

Sim. Quero receber gratuitamente o boletim Scritta Informa.

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

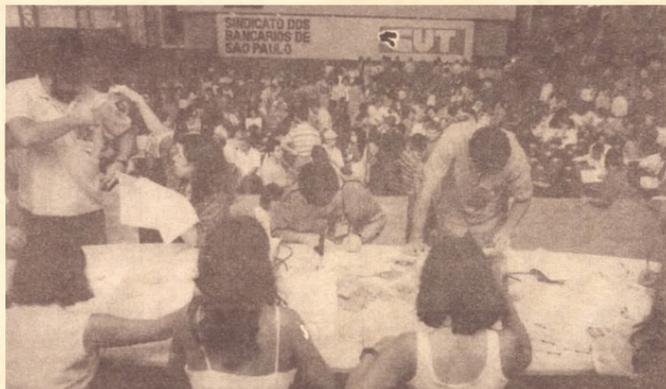
Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Preencha em letra de forma. Envie cheque nominal e cruzado à Editora Página Aberta Ltda. Rua Dona Germaine Burchard, 286 — Perdizes — São Paulo — SP — cep 05002-061 — Fone: (011) 262-1155. Preços válidos até 28 de fevereiro de 1994. PEDIDOS TAMBÉM PELO FAX (011) 804-9320.

TT  
SCRITTA

## A POLÊMICA DOS BANCÁRIOS PAULISTAS

Uma vitória inquestionável e uma preocupação urgente.



práticas e as propostas de militantes da CUT. A chapa de oposição - composta por militantes das correntes Hora da Verdade, Convergência Socialista, PCB, DS e O Trabalho - fez campanha toda baseada em

contou com o apoio não só dos bancários mas também da grande maioria do movimento sindical do país.

Aqueles que esperavam a desmoralização de um dos mais importantes sindicatos da CUT e suas lideranças tiveram que engolir o resultado. Assim como certamente terão que engolir o resultado das investigações baseadas em denúncias vazias contra a CUT. É a armadilha a que nossos detratores estão eternamente sujeitos.

Mas uma lição é importante aprender com esse episódio. Quando a esquerda elege outros setores da própria esquerda como alvo principal, o resultado só pode ser dos piores. A História está recheada de exemplos. Quando supostos companheiros de partido e de central usam de denúncias infundadas e irresponsáveis para atingir seus fins eleitorais, compromete-se a unidade de ação da classe trabalhadora, ferem-se a democracia e a ética.

Estamos em uma guerra, e a burguesia sabe disso. 94 pode ser um ano histórico para os trabalhadores, e a batalha será feroz. Mas quando em nosso exército há soldados desorientados que começam a atirar para os lados, nossos inimigos de classe podem cruzar os braços e ficar apenas assistindo a essa luta fratricida, sem sujar as próprias mãos.

Sérgio Rosa  
Diretor de Formação  
Sindical

As eleições do Sindicato dos Bancários de São Paulo pôs a nu contradições no interior da CUT. A seguir os pontos de vista de representantes das duas chapas que disputaram o sindicato.

participação do bancário no sindicato, pois na sua frágil e autoritária

concepção não pode existir espaço para a divergência.

O resultado não poderia ser pior. Foram 100 mil demissões na categoria durante a gestão, e, mesmo com os lucros astronômicos dos bancos, não conquistamos o reajuste mensal de salários. Nestes três anos, os bancários que restaram ficaram mais pobres e o sindicato, mais rico.

Mesmo com o fracasso de sua gestão, a atual diretoria não fez autocrítica e não buscou a unidade no campo da CUT. Amparada na estrutura sindical, pensou que poderia varrer a oposição e reinar absoluta por mais três anos. O semblante nervoso de suas principais figuras na apuração evidenciou que a história foi bem diferente do planejado. Esperamos que a nova diretoria deixe de lado o sectarismo e os projetos pessoais e consiga interpretar o grande alerta que foi o resultado das urnas.

Manoel Elpídio Rosa  
Candidato à presidência da Chapa 2

A eleição do Sindicato dos Bancários de SP foi um fato marcante e extrapolou o universo dos bancários e do movimento sindical.

A imprensa, já embalada pela CPI da CUT e pela morte de Oswaldo Cruz, focalizou a eleição de um dos maiores sindicatos da CUT procurando ali mais munição para prosseguir em sua campanha de ataques ao movimento organizado dos trabalhadores. Os conservadores e a sua imprensa estavam pautados para descobrir violência, falcaturas, baderna e divergências profundas entre os militantes da central.

O exemplo de democracia, a quantidade de votantes e a vitória da chapa 1, no entanto, desmontaram em grande parte esse cenário idealizado por nossos detratores. Mais de 58 mil bancários foram às urnas, votaram democraticamente e elegeram a chapa apoiada pela atual diretoria, mostrando que a categoria respalda o trabalho realizado e não reconhece as calúnias lançadas contra o Sindicato.

De concreto a imprensa só encontrou mesmo as profundas divergências que diferenciam as

denúncias (jamais provadas) de desvio de verbas do Sindicato e de conluio entre a diretoria do Sindicato e banqueiros. O que foi escrito e falado pela Chapa 2 durante a campanha permitiria concluir que se tratava de companheiros de centrais e partidos absolutamente opostos. E o mais grave e irresponsável em tudo isso é que nenhuma, absolutamente nenhuma denúncia foi minimamente comprovada.

A campanha da Chapa 2, infelizmente, confundiu-se com a mesma pregação dos Esperidiões Amins ou Campos Machados que vêm servindo de aríetes contra a CUT. Chegaram a dizer que a nossa política era responsável por fabricar fatos como a morte de Oswaldão.

A história, no entanto, nem sempre registra a vitória do lobo. Como já dissemos, a vitória da Chapa 1, com 60% dos votos, demonstra a vitalidade de um trabalho sério que vem sendo realizado há mais de treze anos e que se confunde com o nascimento e o crescimento da própria CUT. Um trabalho que

### A força da grana que ergue e destrói coisas belas

Eles pensavam que seria um passeio tranquilo. Afinal, era muita "máquina" de um lado só. Um Orçamento de milhões de dólares, 400 funcionários, uma frota de sessenta veículos e um dos cinco maiores parques gráficos do país.

No mês de janeiro, as agências bancárias ficaram abarrotadas com dezenas e dezenas de materiais diferentes. A cidade ficou colorida, no alto dos postes de todas as avenidas de São Paulo havia um plástico da Chapa 1. Com certeza, em toda a história do movimento sindical nunca uma chapa gastou tanto dinheiro em uma eleição sindical. Deu até para hospedar centenas de cabos eleitorais em hotéis quatro estrelas, como atestou a reportagem da *Folha de S. Paulo*.

Nós, da Chapa 2, como bancários, também pagamos o sindicato, um patrimônio de toda a categoria e não da atual diretoria. E ainda somos obrigados a ouvir o encabeçador da outra chapa cinicamente dizer que sua campanha foi custeada por bancários que espontaneamente depositaram quantias na conta da sua chapa. Mentira! Repetimos: MENTIRA! Nós vamos fazer uma prestação

de contas dos nossos gastos para toda a categoria e os desafiamos a fazer o mesmo.

Abertas as urnas, ao contrário do passeio esperado, a categoria novamente saiu dividida. A Chapa 1 consegue uma vitória apertada (55,99%), amargando derrotas em vários colégios estratégicos da categoria (Banespa, Itaú, Nossa Caixa e CEF, por exemplo). Afirmamos, com muita tranquilidade, que o resultado seria outro se houvesse um controle transparente do poder econômico na eleição.

Utilizar-se da máquina sindical para manter-se no poder é prática da direita. Isso sim é fazer o jogo do Esperidião Amin.

Nestes três anos, a atual diretoria abandonou os locais de trabalho, escondendo-se numa política de marketing em que o sindicalismo de massas é confundido com manipulação das massas. Ao contrário dos outros principais sindicatos cutistas, nega-se a discutir a devolução do imposto sindical e impõe uma política de sindicalização compulsória. Fechou todos os canais de



A primeira entrevista coletiva de José Benedito de Souza, o Zezé, assassino confesso do sindicalista Oswaldo Cruz Júnior, retirou do noticiário, pelo impacto de suas revelações, as acusações levianas assacadas contra o PT e a CUT. O delegado Nelson Guimarães, encarregado da apuração do crime, recolheu-se a uma providencial discórdia. Canindé Pegado, presidente da CGT-1, ainda teimou na idéia das "vinculações políticas", mas os telejornais aproveitaram uma única frase do seu palavrório.

Ainda foragido, Zezé constituiu advogados e convocou uma entrevista clandestina, realizada no dia 20 de janeiro em escritório no centro de São Paulo. Assumiu o crime, disse que agiu por conta própria e que vinha sendo humilhado por Oswaldo. Seus advogados defenderão a tese da legítima defesa putativa, e até o dia 30 (data de fechamento desta edição) vinham negociando com a Polícia a apresentação de Zezé, condicionada à revogação da decretação de prisão preventiva.

Além das informações de Zezé sobre as circunstâncias do crime —de tal forma convincentes que a mídia deu-lhes grande destaque, praticamente fulminando a tese caluniosa da "queima de arquivo"—, uma outra novidade chamou a atenção tanto dos petistas, quando da Rede Globo. Zezé declarou-se filiado ao PT, embora seu nome não conste dos registros do partido em Santo André. A Justiça Eleitoral, consultada, confirmou que ele não é filiado ao partido.

A revista *Veja*, que partiu de uma posição equilibrada em sua primeira matéria sobre o caso, para outra, claramente editorializada, na edição seguinte, agora recolhe-se a uma prudente distância. Na edição datada de 26 de janeiro, afirma que Zezé pode ter tido outros motivos para matar Oswaldo. "Seria, porém, mais conveniente que se discutissem essas 'razões políticas' depois da apresentação de fatos que indicassem sua existência. Por enquanto, a interpretação antecede o aparecimento dos fatos".

*Cabelos nos ombros, alto e magro. Simpático, a seriedade se confunde com traços de timidez. Ao falar é rápido, a sensação é de que um botão foi acionado e ele dispara com um tom de voz grave e marcante. Gabriel, o Pensador (nome artístico), tem 19 anos, entrou na faculdade de Comunicação mas não estuda. É carioca da Zona Sul e atualmente morador do Bairro da Tijuca, Zona Norte da cidade. Considerado o novo sucesso do rap, lançou o seu primeiro disco em outubro do ano passado, pela Sony Music. Aplaudido por uns, pelo tom sarcástico, crítico e irônico de suas músicas, e condenado por outros, por ser um garoto da Zona Sul carioca metido a fazer rap, Gabriel garante que não faz música só para vender e que atinge um público mais velho, além da garotada.*

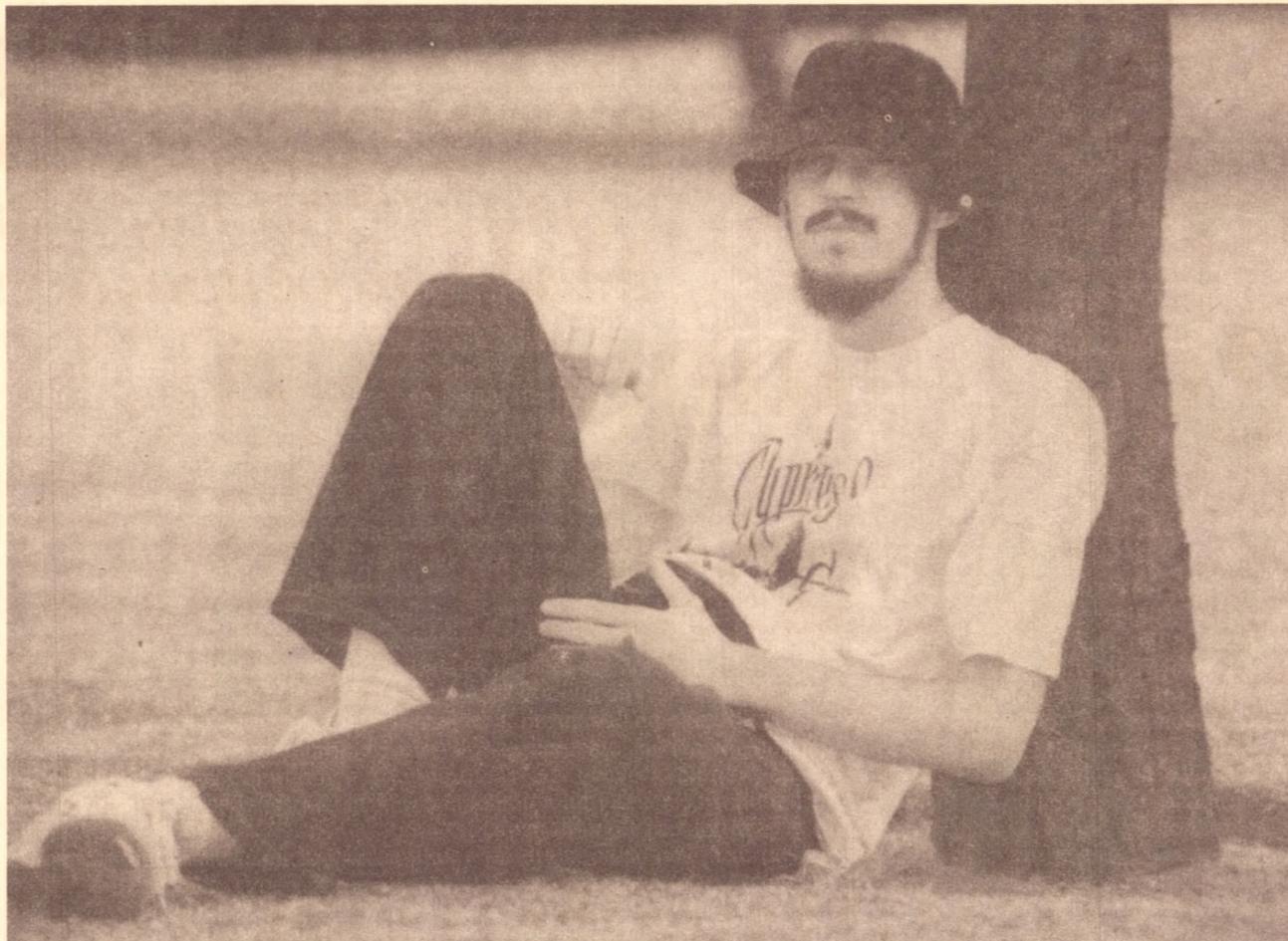
**Quando e como foi que aconteceu o seu interesse pelo rap?**

Quando eu tinha 12 anos, o grafitti e a dança brake estavam chegando no Brasil - uma moda vinda de fora - e me fascinaram. Eu já pichava muro. Tanto a dança como a arte de spray em muro são elementos da cultura hip-hop, e o rap é a expressão falada. Por me interessar tanto pela dança como pelo grafitti, comecei a ouvir as músicas. Mais tarde, fui atrás da ideologia do movimento. Já em 1991 comecei a escrever letras e guardá-las comigo.

Nesse meio-tempo, aconteceu uma coisa interessante: eu tive contato com outras pessoas que faziam rap, entre elas o Tito, que está comigo no vocal. E foi um incentivo, porque no Rio a maioria do público black gosta de funk, que é um estilo mais de diversão, em contraste com a contestação. Eu comecei então a mostrar as letras para outras pessoas, sem grande pretensão, mas aí as coisas começaram a acontecer. Em 1992, eu fiz a letra "Eu Matei o Presidente", consegui um estúdio de um amigo meu para gravar e mandei a música para as rádios. Mesmo sem gravadora, eles tocaram, e chegou a ser uma das mais pedidas pelo público. Mas, depois de cinco dias, ela foi censurada. Foi quando descobri que poderia atingir um público mais variado e comecei a pensar grande. Recusei a proposta de assinar contrato com duas gravadoras independentes e acabei conseguindo um contrato com a Sony Music.

**Então foi a partir da música "Eu Matei o Presidente" que você fez outras letras para produzir o disco?**

Não. As músicas que estão no



## TALENTO OU INVENCIONICE DO MERCADO FONOGRÁFICO?

disco foram feitas antes dessa. Como a "Lôraburra", a "Retrato de Um Playboy" e as outras também.

**Conta um pouco da história da "Lôraburra", uma das mais tocadas pelas FMs atualmente.**

A música reflete um grupo de pessoas que eu conhecia que tinham um comportamento bem padronizado, as garotas não tinham nenhuma feminilidade, pareciam robôs. Quero deixar claro que "Lôraburra" é uma palavra só, é um substantivo, não quer dizer que é loura burra. O "Lôra" é porque geralmente essas garotas têm o cabelo pintado.

**Você toca algum instrumento? Como é o seu show?**

Não, eu não toco. Só programo bateria eletrônica. Eu e o Tito fazemos o vocal. Tem o disc-jockey Frias, ele solta as bases das nossas músicas em discos de vinil, e a voz é feita ao vivo, como no hip-hop tradicional — o DJ e os rappers. Cantamos as músicas do disco, com exceção de "Eu Matei o Presidente", porque a gente acha ultrapassada.

**Você diz que o seu show é o tradicional hip-hop, mas a revista Veja da segunda quinzena de janeiro traz uma matéria sobre o comportamento de rappers, o funk e o hip-hop. Em uma das declarações, o seu sucesso é atribuído a você não pertencer ao gueto e ser um garoto da Zona Sul carioca...**

Nós sempre fomos bem recebidos aqui em São Paulo, onde o movimento é bem mais estruturado. Quando não tínhamos o disco gravado, chegávamos de ônibus com a fita embaixo do braço, e nunca houve qualquer problema, ao contrário. Mas acho que depois que começamos a fazer sucesso alguns ficaram com o sentimento de inveja incontrolado e resolveram me criticar. Mas isso não quer dizer nada, nós estamos bem com o pessoal. No

Rio, que é o pessoal com que eu me importo - nem todos são de favela -, a gente mora no asfalto e as realidades são misturadas, e por isso nós conhecemos bem. Estou dentro do movimento numa boa e acredito que no Brasil inteiro também, isso são só alguns invejosos. E a *Veja* parece ter alguma coisa contra mim, porque ela me excluiu da matéria. Pelo que eu soube, as várias pessoas que a *Veja* ouviu não gostaram da matéria, porque houve uma tentativa de deturpar o movimento.

**Você é filho de Belisa Ribeiro, jornalista e ex-assessora do ex-presidente Fernando Collor de Mello. O que sua mãe acha da música "Eu Matei o Presidente" e do seu trabalho de forma geral?**

Não há nenhum problema. A minha mãe sempre trabalhou com outras campanhas de publicidade e, em 1992, ela já não tinha qualquer vinculação, aliás já havia feito várias críticas ao Collor. Quando eu fiz a letra, em 92, isso já tinha até morrido na minha cabeça. Como cidadã, ela se coloca como qualquer outra pessoa.

**Em menos de um ano e meio, é a segunda CPI do país, com todos esses desdobramentos políticos. Como você se coloca neste momento político?**

Tentaram enganar a gente com o impeachment, falaram que o país estava indo para a frente e que o jovem estava mais participante; eu tenho certeza que não. Continua a mesma coisa, os

mesmos que tiraram o Collor estão envolvidos agora com essa CPI, muita gente que posou de herói está agora como vilão. Essa situação deixa as pessoas cada vez mais inseguras. O único lado bom é que pelo menos está sendo investigado. Mas a gente não quer só isso. A gente quer ver o resultado. Até hoje não teve nenhuma punição para

ninguém, a única pessoa que está presa é o PC. Eu não estou acreditando muito nessa CPI. Estão até investigando, mas eu creio que o Brasil não está com uma fonte significativa de mudança. Eu não estou confiante. Nem com os governados, muito menos com os governantes.

**Como você vê a situação do Rio de Janeiro hoje, ocupando todos os dias os jornais com a questão da violência?**

A violência que existe lá é pior que a divulgada. O arrastão que tanto se fala é uma violência que choca mais porque atinge a classe alta no lazer, mas é terrível o que acontece no subúrbio, onde você vê a polícia matando trabalhador, criança sumindo, estupro, linchamento de jovem por simplesmente suspeitarem de assalto a ônibus. Inclusive, o arrastão na saída de bailes funks sempre aconteceu e ninguém nunca se importou. Por um lado, eu fico com raiva quando tentam alarmar muito com o arrastão, porque gera um preconceito ainda maior, e por outro eu sou contra tapar o sol com a peneira. Eu acho que deveriam mostrar, sim, a violência que atinge as outras partes da população.

**Gabriel, por que esse nome artístico, "O Pensador"?**

Em 1990, quando eu comecei a escrever as letras, esse nome veio sem muita explicação. É na terceira pessoa porque às vezes a gente se coloca na terceira pessoa dentro da história do rap, nas letras. E eu acabei me identificando com isso. Eu gosto de estar sempre sóbrio, em alguns momentos, mesmo me divertindo fico preocupado em analisar as besteiras. Muitas vezes um comentário do público só é ouvido por mim, e tento sempre tirar alguma conclusão. Gosto de pensar nas coisas, penso de vez em quando que é um exagero, mas é bom. O que não quer dizer que o pensador não seja um grande pensador para ensinar, mas para aprender. E para aprender qualquer coisa tem que ensinar, né?

Adélia Chagas

## Cantor de Rap que veio da classe média

## ZAMORA E FMLN PODEM VENCER EM EL SALVADOR

*O candidato situacionista Calderon Sol, da ARENA, tem como seu principal obstáculo o descontentamento popular, que está sendo bem aproveitado pela esquerda*

Na estrada de terra poeirenta que liga San Vicente a San Carlos, há alguns quilômetros da Rodovia Panamericana, que atravessa quase toda a América Central, um jogo de futebol é interrompido para uma pequena cerimônia dedicada a Ruben Zamora, o candidato a presidente da República da coligação que agrupa toda a esquerda salvadorenha - a Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional (FMLN), a Convergência Democrática (CD) e o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR).

Zamora, um advogado que estudou no Chile e nos EUA, e hoje ocupa o cargo de vice-presidente da Assembléia Nacional de El Salvador, recebe das mãos de um camponês um velho fuzil AK-40, inutilizado pelas forças de paz da ONU, e ouve atento o seu pequeno discurso, em nome da comunidade que lutou na guerra, nas fileiras da FMLN.

Paz é a palavra recorrente na fala do camponês e na resposta de Zamora. E o velho fuzil, paradoxalmente, foi transformado pelo ex-guerrilheiro em seu símbolo.

A caravana do candidato se emociona quando o camponês fala de sua esperança de que a guerra nunca mais seja necessária e lembra que o futuro pode estar muito perto, se Zamora e as forças de esquerda conseguirem vencer as eleições gerais do país, previstas para o dia 15 de março próximo.

### A Paz

Naquele dia, 16 de janeiro, comemorava-se o 2.º aniversário dos acordos de paz entre a guerrilha e o governo salvadorenho, chefiado pelo presidente Alfredo Cristiani, da

Arena, em Chaputeppec, no México. Mas a guerra, que tantas marcas deixou naquele país de 5 milhões de habitantes e pouco mais de 20 mil quilômetros quadrados de extensão, parece esperar algo mais que os acordos de paz para se transformar em História. Não apenas por conta dos mais de 70 mil mortos e pela extrema preocupação com segurança mesmo por parte das pessoas comuns, mas porque as reformas sociais sugeridas pelos acordos de paz continuam no papel. O governo arenista alega que a ajuda internacional prometida não está vindo, especialmente dos EUA, que tanto ajudaram o Exército e a direita na Guerra Fria, mas que agora, com o fim da guerra, está pouco se lixando com os problemas da América Central. Isso é verdade. Mas também é verdade que o governo da Arena, partido fundado pelo temido major D'Aubisson, inspirador dos Esquadrões da Morte, não consegue fugir de seus compromissos com a oligarquia financeira de El Salvador. Seu imobilismo agravou a miséria e está levando a um crescente descontentamento popular, que nem a maciça propaganda oficial, ao lado da

intensa campanha cor-de-rosa que o candidato situacionista Calderon Sol faz nas emissoras de TV dos país, está conseguindo aplacar (em El Salvador não há horário gratuito; quem tem mais dinheiro aparece mais). Numa pesquisa realizada pela Universidade Tecnológica no mês de dezembro, quase a metade da

população responsabilizava o governo pelos problemas econômicos do país, especialmente o desemprego e o custo de vida, e pelo aumento da criminalidade. Além disso, mais de 70% dos salvadorenhos o identificavam com o interesse dos mais ricos.

Calderon Sol, o candidato arenista, lidera as pesquisas de opinião, com 40% da preferências, seguido por Zamora, com 23%, e Chaves Mena, da

Democracia Cristã, com 15%. Se explorar bem esse veio, como aparentemente vem fazendo, Zamora pode não só garantir uma vaga no 2.º turno como também chegar até ele com boas condições para vencer, puxando para o seu lado o grosso do eleitorado democrata-cristão, conquistado por um discurso oposicionista anti-Arena, apesar do comprometimento desse partido com os EUA durante a guerra.



**SHAFIC: FAVORITO NA DISPUTA DA PREFEITURA DA CAPITAL**

### Prefeitura

A FMLN também apresenta boas condições de vitória na disputa pela prefeitura de San Salvador, a capital do país, onde lançou como candidato um de seus principais líderes e seu atual coordenador, Chafik Handal. Favorito nas eleições, o experiente ex-líder guerrilheiro tem contudo que superar um problema nas fileiras da própria esquerda: a Convergência Democrática, aliada da FMLN na disputa presidencial, decidiu lançar um candidato alternativo à prefeitura de San Salvador. Isso pode comprometer dramaticamente a unidade do campo progressista, já que, para prefeito, a eleições de El Salvador não prevêem dois turnos. Nesse caso, muita água pode rolar ainda, já que a campanha só se inicia oficialmente no dia 15 de fevereiro, embora as eleições coincidam com a de presidente, no dia 15 de março.

### Os pioneiros

Zamora, Chafik, a FMLN, a CD e o MNR, se bem-sucedidos nas eleições de El Salvador, no dia 15 de março, poderão ser lembrados um dia pela História como aqueles que, em 94, iniciaram a virada da esquerda latino-americana, se os bons ventos também soprarem nas eleições deste ano para o M-19 na Colômbia, para o PRD no México, para a Frente Ampla no Uruguai e... para Lula, no Brasil. Depois de treze anos de guerra e de uma paz que eles construíram com coragem e sangue de milhares de companheiros, não há dúvida de que merecem ser os pioneiros de um novo tempo.

*José Américo Dias*

*(esteve em El Salvador na segunda quinzena do mês de janeiro)*



# JÁ LEU?

Se você não leu a Teoria & Debate nº 23, não perca tempo: faça já sua assinatura!

Ligue para (011) 223-7999 ou 220-2103. Você receberá em sua casa a Teoria & Debate nº 23, com artigos, ensaios e entrevistas de:

Paulo Nogueira Batista Jr., Maria Augusta Capistrano, Cid Benjamin, Breno Altman, Maria Rita Kehl, Igor Fuser, Luiza Costa, Pedro Tierra, Alípio Freire, Felipe Lindoso, Francisco Campos, Paulo de Tarso Venceslau, José Francisco Siqueira Neto, Miguel Rossetto, Ivaldo Albino da Silva, Fernando Marrone, Joel Zito Araújo, Maria Auxiliadora (Dodora) Arantes, Marly Viana.

ASSINATURA ANUAL  
CR\$9.000,00  
BIANUAL  
CR\$16.000,00

SIM, MEUS AMIGOS, NO FIM, O MAR VIROU SERTÃO E O SERTÃO VIROU MAR DE LAMA.



E AQUELE IMENSO OCEANO ACABOU DESBANCANDO A CÔTE D'AZUR E ARUBA DA PREFERÊNCIA DOS PODEROSOS E DESCOLADOS...



AQUELA CARECA ALI NÃO É DO ESPERIDIÃO AMIN DADA'?

Ô, OLHA A MAROLA!

VÁRIOS EMPREEDIMENTOS TIVERAM LUGAR NAQUELAS PARAGENS.



PRECISAMOS PRIVATIZAR OS PORTOS DO MAR DE LAMA.

É VERDADE, QUERIDO, SENÃO JÁ JÁ A GENTALHA VAI INVADIR...

ODEBROCHA, VOCÊ POR AQUI?

APESAR DISSO, DEPOIS DE UM CERTO TEMPO, A VIDA POR ALI COMEÇOU A FRAR MONÓTONA...



ONTEM VOLTEI A ESPECULAR COM A MERENDA ESCOLAR E GANHEI MILHÕES DE DÓLARES...

QUE TÊDIO...

ATÉ QUE APARECEU UM ESPECIALISTA NO ASSUNTO, DISPOSTO A MUDAR AS COISAS...



A LAMA NÃO É SO' SERTÃO, A LAMA É CIDADE, É MODERNIDADE!

QUEM DISSE QUE SÃO PAULO NÃO TEM PRAIA?

E LOGO COMEÇOU A DAR ORDENS...



REINALDO, MANDE CAVAR!

ENTERRE MAIS GRANA!

DESVIE VERBAS E O CURSO DAS ÁGUAS!

VAMOS AGILIZAR A PRINCIPAL OBRA DO MEU GOVERNO...

# AS CATARATAS DO MAR DE LAMA!!



CHEFE, CUIDADO COM A CANDIDATURA!

COMO DIRIA O POETA "Ó MAR ENLAMEADO / QUANTO DA TUA PATRANHA / SÃO SOBRAS DE CAMPANHA?"